



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024

NÚMERO DO PREGÃO NO COMPRASNET – 90007/2024

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB

OBJETO: A presente licitação é um pregão eletrônico para prestação de serviços gerenciados de Colocation, Segurança de Perímetro, Armazenamento de Dados em nuvem privada, incluindo infraestrutura de Hardware Dedicado e Software, Processamento, Comunicação de Dados, Backup de Dados, Implementação, Gerência, Firewall e Suporte Técnico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 366.636,00 (trezentos e sessenta e seis mil seiscientos e trinta e seis reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/07/2024 às 09h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024
(Processo Administrativo n.º 1195512/2024)

Torna-se público que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB, sediado na Av. Dom Pedro I, 809 – Tambiá – João Pessoa/PB, por meio do agente de contratação e equipe de apoio, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços gerenciados de Colocation, Segurança de Perímetro, Armazenamento de Dados em nuvem privada, incluindo infraestrutura de Hardware Dedicado e Software, Processamento, Comunicação de Dados, Backup de Dados, Implementação, Gerência, Firewall e Suporte Técnico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único grupo.

1.3. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de aceitabilidade da proposta será a de menor preço global.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.33 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total dos itens;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.4. *Quantidade cotada, conforme os bens descritos no Termo de Referência;*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances o pregão eletrônico o modo de disputa <aberto e fechado>, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo e, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20. Mesmo a licitação pelo valor global, **deverá** ser observado os valores máximos de cada item microcomputadores e notebooks na formação do valor global sob pena de desclassificação do licitante.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. conter vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

6.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18. Qualificação Técnica do Licitante:

7.18.1 Além das demais condições de habilitação, o interessado no certame deverá comprovar capacidade técnica mediante a apresentação da seguinte documentação:

7.18.2 A licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado, emitida diretamente pelo (s) fabricante (s) que compõem a sua solução, de que a mesma possui credenciamento e capacitação técnica do fabricante para fornecimento das licenças e da prestação de serviços que compõem este certame;

7.18.3 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já forneceu com composição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo máximo de cada Item. Juntamente ao(s) Atestado(s) deverá ser inserido o Contrato pertinente aos serviços prestados, sob pena de Inabilitação;

7.18.3.1 O atestado deve ser claro em relação ao fornecimento da tecnologia e do suporte prestado pela empresa contratada, devendo conter:

- A) Nome da empresa ou órgão que emitiu o atestado;
- B) Endereço completo;
- C) Descrição da solução, softwares e dos serviços executados;
- D) Manifestação acerca da qualidade dos serviços prestados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

E) Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse da Comissão de Licitação.

7.18.4 No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da PROPONENTE;

7.18.5 Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial pessoas jurídicas controladas ou controladora da PROPONENTE ou que tenha pelo menos 01 (uma) pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da emitente do atestado e da proponente

7.19 A licitante vencedora deverá possuir em seu quadro técnico, profissional com certificação pertinente a solução a ser implantada;

7.20 A solução deverá ser fornecida através de uma única plataforma de solução Cloud Computing, não sendo permitido ofertar a combinação de dois ou mais fornecedores;

7.21 A empresa deve dispor em seu quadro de colaboradores no mínimo 01 (um) profissional certificado pelo provedor da plataforma de computação em nuvem escolhida, com nível mínimo de Arquiteto de Soluções em Nuvem ou compatível;

7.22 Possuir escritório no Brasil com atendimento em português, em regime ininterrupto de 24 horas, 7 dias por semana e 365 dias por ano;

7.23 A solução proposta deverá hospedar os dados em datacenter que possua as conformidades Tier III e estar localizado em território nacional;

7.24 A solução proposta deverá atender aos requisitos de certificações relacionadas à conformidade e normas de segurança da informação:

7.24.1 Certificação ISO 27001;

7.24.2 Certificação ISO 27701;

7.24.3 Certificação ISO 9001;

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://creapb.org.br/>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. As sanções Administrativas são às previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital e no item 9.3 abaixo.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.2.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.2.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

9.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.2.5. fraudar a licitação;

9.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. advertência;

9.3.2. multa;

9.3.3. impedimento de licitar e contratar e;

9.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.5.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.5.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo e-mail* licitacaocreapb@creapb.org.br;

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://creapb.org.br/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

11.11.2. ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

11.11.3. ANEXO III – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (SLA)

11.11.3.1. ANEXO **A** DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES;

11.11.3.2. ANEXO **B** TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.11.3.3. ANEXO **C** TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DO SIGIGLO;

11.11.3.4. ANEXO **D** ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

11.11.5. ANEXO IV – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO

11.11.4. ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

João Pessoa, 17 de Junho de 2024

Sergio Quirino de Almeida
Gerente de Programas e Projetos
Mat. 191



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

(Processo Administrativo nº 1195512/2024)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de Colocation, Segurança de Perímetro, Armazenamento de Dados em nuvem privada, incluindo infraestrutura de Hardware Dedicado e Software, Processamento, Comunicação de Dados, Backup de Dados, Implementação, Gerência, Firewall e Suporte Técnico em conformidade com as quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA/PB é entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na cidade de João Pessoa-PB e jurisdição em todo o território do estado da Paraíba, para cumprir sua finalidade de instância superior de fiscalização do exercício das profissões inseridas no Sistema Confea/CREA/PB.

2.2. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA/PB é atualmente composto pela unidade da sede em João Pessoa e 7 inspetorias distribuídas em cidades do interior, estando sempre em busca das melhores práticas de mercado e das tecnologias mais atuais para se manter em constante evolução tecnológica para oferecer o que há de melhor em termos de tecnologia para serviços de qualidade e alto valor agregado. Atualmente a migração de sistemas e servidores físicos em ambiente local para o ambiente em nuvem é uma tendência não só entre órgãos públicos, mas em escala global.

2.3. Além disso, o CREA-PB também busca aplicar as boas práticas estabelecidas pela transformação digital que todo o mundo está passando, intensificando as suas ações de modernização de processos operacionais, de modo a reduzir a burocracia e aumentar a sua eficiência, aumentando assim a quantidade e qualidade dos serviços ofertados.

2.4. Neste contexto, este projeto busca intensificar o uso de tecnologias que sejam online e que estejam em uma infraestrutura baseada em computação em nuvem (cloud



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

computing)), de modo a otimizar os custos de infraestrutura e serviços de TI, sendo este o benefício mais significativo em hospedar aplicações em infraestrutura em nuvem devido à redução de custos de capital (capital expenditure - Capex), com sistema de redundância de energia elétrica, sistemas de segurança e monitoramento 24 horas, sistema de combate a incêndio, climatização, estrutura contra enchentes e pessoal especializado - e custos operacionais (operational expenditure - Opex) e também mitigar possíveis riscos, danos ou indisponibilidade a prestação de serviços de TI, decorrentes de problemas técnicos identificados em equipamentos on premise.

2.5. Através de análises técnicas, foram identificadas as seguintes necessidades de negócio:

2.5.1. Necessidade de implantar mentalidade digital a todo órgão, trazendo maior engajamento em toda a instituição, com objetivo de aprimorar processos de trabalho e dar sustentação para a maior flexibilização do ambiente de trabalho;

2.5.2. Necessidade de prover e atualizar continuamente os recursos e ferramentas de Tecnologia da Informação;

2.5.3. Necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de Tecnologias da informação e comunicação - TIC;

2.5.4. Necessidade de otimizar os custos de infraestrutura e serviços de TI, sendo este o benefício mais significativo em hospedar aplicações em infraestrutura em nuvem devido à redução de custos de capital (capital expenditure - Capex) e custos operacionais (operational expenditure - Opex);

2.5.5. Necessidade de atualizar os recursos tecnológicos disponíveis aos usuários internos, propiciando o aumento da eficiência e da produtividade;

2.5.6. Necessidade de mitigar possíveis riscos, danos ou indisponibilidade a prestação de serviços de TI, decorrentes de problemas técnicos identificados nos equipamentos.

2.5.7. Necessidade de mitigar possíveis riscos, danos ou indisponibilidade a prestação de serviços de TI, decorrentes de problemas técnicos advindos de possíveis tentativas de invasão, negação de serviço ou qual quer outra técnica para burlar a segurança do perímetro.

2.6. Diante do exposto, do ponto de vista tecnológico, este projeto buscará os seguintes resultados:

2.6.1. Obter serviços de alta disponibilidade, com suporte prestados em regime de atendimento 7 x 24 (sete dias por semana, vinte e quatro horas);

2.6.2. Terceirizar custos operacionais e reduzir custos de infraestrutura e serviços de TI, por meio de aplicações hospedadas em infraestrutura em nuvem;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

2.6.3. Reduzir custos de licenciamento de software, mantendo e aprimorando serviços já em uso pelo Conselho;

2.6.4. Otimizar a produtividade da equipe de TI, focando o suporte nas operações de “missão crítica”;

2.6.5. Ampliar os mecanismos de segurança da informação, através de recursos como: retenção de dados; sistema de prevenção contra de perda de dados; controle de acesso, gestão de incidente de segurança e gerenciamento de dispositivos e aplicativos e auditoria.

2.6.6. Padronização Tecnológica na Administração Pública;

2.6.7. Disponibilidade dos serviços em produção;

2.6.8. Redução de custos de manutenção e melhor eficiência pelo uso racional dos recursos, uma vez que estes foram definidos de forma a atender as necessidades do usuário;

2.6.9. Possibilitar o ajuste, sob demanda, da capacidade dessas aplicações, sistemas e serviços;

2.6.10. Possibilitar, ainda, a disponibilização de novas aplicações, sistemas e serviços;

2.6.11. É fundamental e indispensável que a futura empresa contratada, possua certificações de enquadramento a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo demonstrada pela Certificação ISO 27701.

2.6.12. Possibilitar gestão de incidentes de segurança, para analisar, remediar, conter e documentar os eventos de segurança da informação no âmbito da segurança do perímetro.

2.6.13. Possibilitar a gestão de vulnerabilidades, que tem por objetivo, de forma proativa e recorrente, identificar possíveis vulnerabilidades de segurança da informação no âmbito da segurança do perímetro.

2.7. Por se tratar de um serviço que envolve Colocation, ou seja, a contratação de um espaço físico para alocar equipamentos de propriedade do CREA/PB, que precisará ter acesso irrestrito a qualquer hora do dia ou da noite, se faz necessário que o Data Center esteja a um raio máximo 500 Km (quinhentos quilômetros) da sede do CREA/PB, visando otimizar o tempo de acesso aos equipamentos, quando necessário, através do suporte presencial dos seus profissionais, e cumprimento do SLA descrito neste termo, sendo essa exigência condição INEGOCIÁVEL para a prestação dos serviços objeto deste certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

2.8. Vale também destacar o Princípio da Economicidade, visto que sempre que os funcionários do CREA-PB necessitem realizar qualquer intervenção presencial nos equipamentos, haverá custos de deslocamentos em viagens tais como: passagens aéreas, taxi, hospedagens, diárias de servidores etc., além de todo transtorno e custos de não conformidade, descumprimento de SLA e custos com o transporte dos equipamentos com guarda de Patrimônio. Tecnicamente uma distância maior traz aumento da latência que implica em lentidão dos sistemas com consequente perda de produtividade. Sendo aceito latência de 5ms.

2.9. Definições:

2.9.1. Autenticidade: Propriedade que garante que a informação provém da fonte anunciada e que não foi alterada no decorrer de um processo;

2.9.2. Backup: cópias feitas de um arquivo ou de um documento que deverão ser guardadas em outro sistema de armazenamento, sob condições especiais para a preservação de sua integridade no que diz respeito tanto à forma quanto ao conteúdo;

2.9.3. Colocation: serviço prestado por DATA CENTER para hospedagem de equipamento de hardware e conexão do mesmo à Internet;

2.9.4. Computação em Nuvem: é um modelo que permite acesso ubíquo, conveniente e sob demanda, através da rede, a um conjunto compartilhado de recursos computacionais configuráveis (por exemplo: redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços), que podem ser rapidamente provisionados e disponibilizados com o mínimo de esforço de gerenciamento ou de interação com o provedor de serviços;

2.9.5. Confidencialidade: Propriedade que limita o acesso à informação somente às entidades autorizadas pelo proprietário da informação;

2.9.6. DATA CENTER: Ambiente projetado para abrigar servidores e outros componentes como sistemas de armazenamento de dados (storages) e ativos de rede (switches, roteadores). Seu objetivo principal é garantir a disponibilidade de equipamentos que rodam os sistemas de negócio de uma organização, tal como o ERP ou CRM, garantindo a continuidade do negócio e sustentando os ambientes, equipamentos, softwares e serviços contratados. O DATA CENTER deve prover conexões (links) redundantes, mecanismos de segurança (física e lógica), sistemas redundantes de geração de energia elétrica, sistema de prevenção contra incêndios e refrigeração adequada para operação de todos os servidores e demais equipamentos;

2.9.7. Disponibilidade: Propriedade que garante que a informação esteja sempre disponível para o uso dos usuários autorizados pelo proprietário da informação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

2.9.8. DNS (Domain Name System): usado para atribuir nomes a serviços de rede e computadores, organizado de acordo com uma hierarquia de domínios. A atribuição de nomes de DNS é utilizada em redes TCP/IP, tal como a Internet, para localizar computadores e serviços através de nomes amigáveis ao usuário;

2.9.9. Elasticidade: Permite aumentar ou reduzir de forma simples e dinâmica, sem interrupções e em tempo de execução, a quantidade de recursos computacionais utilizados, suprimindo, desta forma, momentos de picos de demanda;

2.9.10. Firewall: Dispositivo de uma rede de computadores que tem por objetivo aplicar uma política de segurança a um determinado ponto da rede, podendo ser do tipo filtros de pacotes, proxy de aplicações, etc. O firewall existe na forma de software e de hardware, a combinação de ambos normalmente é chamada de "appliance";

2.9.11. Infraestrutura como Serviço – IaaS: É o provisionamento pelo fornecedor de processamento, armazenamento, comunicação de rede e outros recursos fundamentais de computação, nos quais o cliente pode instalar e executar softwares em geral, incluindo sistemas operacionais (que pode vir instalado) e aplicativos. O cliente não gerencia nem controla a infraestrutura subjacente da nuvem, mas tem controle sobre o espaço de armazenamento e aplicativos instalados;

2.9.12. IP: identificação de um dispositivo (computador, impressora etc.) em uma rede local ou pública. Cada computador na internet possui um IP (Internet Protocol ou Protocolo de internet) único, que é o meio pelo qual as máquinas usam para se comunicarem na Internet;

2.9.13. IPS: (Intrusion Prevention System), sistema que tem por função detectar e prevenir os acessos não autorizados às redes ou hosts de uma ou mais redes;

2.9.14. Integridade: Propriedade que assegura que a informação manipulada, mantém todas as características originais estabelecidas pelo proprietário da informação;

2.9.15. Latência: Em uma rede de computadores, a latência, também conhecida como atraso, representa a expressão do tempo necessário para um pacote de dados irem de um ponto para outro. Em outras palavras, é a referência a qualquer atraso ou espera que aumente o tempo de resposta real ou percebido além do tempo de resposta desejado. Em alguns casos, a latência é medida enviando-se um pacote, que é devolvido ao remetente e o tempo completo desse percurso é considerado como latência;

2.9.16. Mbps: unidade de transmissão de dados equivalente a 1.000 kilobits por segundo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

2.9.17. NOC (Network Operation Center): local onde se centraliza a gerência de uma rede de comunicação. O NOC deve ter todos os recursos necessários para o efetivo monitoramento em tempo real da situação, de cada ativo dentro de sua rede, atuando na detecção, análise e correção de falhas, de modo a garantir o SLA contratado;

2.9.18. Nuvem Híbrida: Este tipo de nuvem é uma composição de duas infraestruturas de nuvem (privada e pública), interligadas por tecnologias apropriadas que permitem portabilidade de aplicações e de dados entre as nuvens. É possível utilizar essa abordagem para valer-se dos principais benefícios dos modelos público (elasticidade) e privado (desempenho garantido devido ao recurso dedicado), e ao mesmo tempo, minimizar os riscos e otimizar os custos advindos de cada modelo, sempre que existirem necessidades distintas associadas a determinados tipos de usuários ou de dados;

2.9.19. Nuvem Privada: A infraestrutura de nuvem privada está alocada para uso exclusivo de um único cliente. Sua utilização, gerenciamento e operação podem ser feitos pelo cliente, em suas dependências ou nas do provedor. Além disso, a nuvem privada tem sua flexibilidade reduzida;

2.9.20. Nuvem Pública: É uma infraestrutura de nuvem que está disponível para uso público e que reside nas instalações do provedor. Pode ser da própria organização ou operada por terceiros, ou uma combinação. A infraestrutura física é compartilhada. No entanto, há uma separação lógica por cliente;

2.9.21. Portabilidade: Capacidade que permite às aplicações e dados operarem em qualquer modelo de nuvem, ofertados por fornecedores distintos, sem a necessidade de reescrever códigos de aplicações, converter bancos de dados, alimentar os sistemas com informações dos usuários ou mesmo alterar características das aplicações;

2.9.22. Recuperação de Desastres: É o conjunto de recursos, políticas e procedimentos utilizados para permitir a recuperação da infraestrutura de tecnologia da informação e sistemas, no caso de ocorrência de incidente onde haja indisponibilidade do ambiente em que estes estejam hospedados.

2.9.23. Serviços de TI Próprios: Caracteriza-se Serviço de Tecnologia da Informação próprio quando o órgão realiza, diretamente e por meios próprios, a gestão e a administração desse serviço, visando garantir segurança e auditabilidade da informação e comunicação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 2.9.24.** SOC (Security Operations Center): Local onde se prestam e gerenciam serviços de segurança de uma rede, compreendendo monitoramento contínuo de anomalias de segurança, detecção, reação a incidentes e registro de ocorrências;
- 2.9.25.** Storage: Área central de discos compartilhada por vários computadores para armazenamento de informações.
- 2.9.26.** VCPU: Trata-se da CPU virtualizada, através do processador;
- 2.9.27.** VLAN (Virtual LAN ou Rede local virtual): É o particionamento por domínio de broadcast de uma rede de computadores na camada de enlace (Camada 2 do modelo OSI), utilizada para segregar dados e agrupar servidores; e
- 2.9.28.** VPN (Virtual Private Network ou Rede Virtual Privada): Extensão segura da rede local através de uma rede pública (p/ex Internet) por meio de um túnel criptografado.

3. CARACTERÍSTICAS DA SOLUÇÃO

3.1. Colocation:

- 3.1.1.** Espaço para 4U's (Unidade de Rack);
- 3.1.2.** 1 IP Fixo;
- 3.1.3.** Tráfego Mensal de 10 Terabytes;
- 3.1.4.** Tomadas no padrão C13/C14;
- 3.1.5.** Micro ATS (nos casos das fontes não serem redundantes).

3.2. Firewall

- 3.2.1.** 2x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos *, (appliances),* para sede do CREA-PB e Datacenter da contratada:

- 3.2.1.1.** Licença ATP;
- 3.2.1.2.** ThreatProtection 700Mbps;
- 3.2.1.3.** Interface Multiple GE RJ45 / Variantswithinternalstorage / WiFi Variants;
- 3.2.1.4.** NGFW 1Gbps;
- 3.2.1.5.** IPS 1.4Gbps.
- 3.2.1.6. ESPECIFICAÇÕES DE HARDWARE**
- 3.2.1.6.1.1.** GE RJ45 WAN/DMZ Ports - 2/1
- 3.2.1.6.1.2.** GE RJ45 Internal Ports -5
- 3.2.1.6.1.3.** GE RJ45 FortiLink Ports (Default) - 2
- 3.2.1.6.1.4.** WIRELESS INTERFACE
- 3.2.1.6.1.5.** USB Ports - 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 3.2.1.6.1.6.** Console RJ45 1
- 3.2.1.6.1.7.** IPS Throughput - 1.4Gbps
- 3.2.1.6.1.8.** NGFW Throughput - 1Gbps
- 3.2.1.6.1.9.** ThreatProtectionThroughput - 700Mbps
- 3.2.1.6.1.10.** PERFORMANCE DO SISTEMA
- 3.2.1.6.1.11.** Firewall Throughput (1518 / 512 / 64 byte UDP packets) - 10/10/6 Gbps
- 3.2.1.6.1.12.** Firewall Latency (64 byte UDP packets) - 3.3µs
- 3.2.1.6.1.13.** Firewall Throughput (Packets Per Second) - 9Mbps
- 3.2.1.6.1.14.** ConcurrentSessions (TCP) - 700.000
- 3.2.1.6.1.15.** New Sessions/Second (TCP) - 35.000
- 3.2.1.6.1.16.** Firewall Policies - 5000
- 3.2.1.6.1.17.** IPsec VPN Throughput (512 byte) - 6.5Gbps
- 3.2.1.6.1.18.** Gateway-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 200
- 3.2.1.6.1.19.** Client-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 500
- 3.2.1.6.1.20.** SSL-VPN Throughput - 900 Mbps
- 3.2.1.6.1.21.** Concurrent SSL-VPN Users (Recommended Maximum, Tunnel Mode) - 200
- 3.2.1.6.1.22.** SSL InspectionThroughput (IPS, avg. HTTPS) - 630Mbps
- 3.2.1.6.1.23.** SSL Inspection CPS (IPS, avg. HTTPS) - 400
- 3.2.1.6.1.24.** SSL InspectionConcurrentSession (IPS, avg. HTTPS) - 55.000
- 3.2.1.6.1.25.** ApplicationControlThroughput (HTTP 64K) - 1.8Gbps
- 3.2.1.6.1.26.** CAPWAP Throughput (HTTP 64K) - 8Gbps
- 3.2.1.6.1.27.** Virtual Domains (Default / Maximum) - 10/10
- 3.2.1.6.1.28.** MaximumNumberofFortiSwitchesSupported - 24
- 3.2.1.6.1.29.** MaximumNumberofFortiAPs (Total / TunnelMode - 64/32
- 3.2.1.6.1.30.** MaximumNumberofFortiTokens - 500
- 3.2.1.6.1.31.** High AvailabilityConfigurations - Active-Active, Active-Passive, Clustering
- 3.2.1.6.1.32.** PS - Todos os valores de desempenho são "até" e variam de acordo dependendo da configuração do sistema.
- 3.2.1.6.1.33.** O teste de desempenho da VPN IPsec usa AES256-SHA256.
- 3.2.1.6.1.34.** IPS (Enterprise Mix), ApplicationControl, NGFW e ThreatProtection são medidos com o Logging ativado.
- 3.2.1.6.1.35.** Os valores de desempenho da inspeção SSL usam uma média de sessões HTTPS de diferentes conjuntos de criptografia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

3.2.1.6.1.36. O desempenho do NGFW é medido com Firewall, IPS e Controle de Aplicativos habilitados.

3.2.1.6.1.37. O desempenho da proteção contra ameaças é medido com Firewall, IPS, controle de aplicativos e proteção contra malware habilitados.

3.2.2. 7 x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos, (*appliances*), para as Inspetorias do CREA-PB:

3.2.2.1. Licença ATP;

3.2.2.2. ThreatProtection 600Mbps;

3.2.2.3. Interface Multiple GE RJ45 / WiFi Variants;

3.2.2.4. NGFW 800Mbps;

3.2.2.5. IPS 1Gbps.

3.2.2.6. ESPECIFICAÇÕES

3.2.2.6.1.1. Hardware Accelerated GE RJ45 WAN / DMZ Ports - 1

3.2.2.6.1.2. Hardware Accelerated GE RJ45 Internal Ports - 3

3.2.2.6.1.3. Hardware Accelerated GE RJ45 FortiLink Ports (Default) - 1

3.2.2.6.1.4. Hardware Accelerated GE RJ45 PoE/+ Ports - 0

3.2.2.6.1.5. USB Ports - 1

3.2.2.6.1.6. Console Port (RJ45) - 1

3.2.2.6.1.7. SYSTEM PERFORMANCE -- ENTERPRISE TRAFFIC MIX

3.2.2.6.1.8. IPS Throughput - 1Gbps

3.2.2.6.1.9. NGFW Throughput - 800Gbps

3.2.2.6.1.10. ThreatProtectionThroughput - 600Mbps

3.2.2.6.1.11. PERFORMANCE DO SISTEMA e CAPACIDADE

3.2.2.6.1.12. Firewall Throughput (1518 / 512 / 64 byte UDP packets) - 5/5/5 Gbps

3.2.2.6.1.13. Firewall Latency (64 byte UDP packets) - 2.97µs

3.2.2.6.1.14. Firewall Throughput (Packets Per Second) - 7.5Mbps

3.2.2.6.1.15. ConcurrentSessions (TCP) - 700.000

3.2.2.6.1.16. New Sessions/Second (TCP) - 35.000

3.2.2.6.1.17. Firewall Policies - 5000

3.2.2.6.1.18. IPsec VPN Throughput (512 byte) - 4.4Gbps

3.2.2.6.1.19. Gateway-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 200

3.2.2.6.1.20. Client-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 500

3.2.2.6.1.21. SSL-VPN Throughput - 490 Mbps

3.2.2.6.1.22. Concurrent SSL-VPN Users (RecommendedMaximum, TunnelMode) - 200

3.2.2.6.1.23. SSL InspectionThroughput (IPS, avg. HTTPS) - 310Mbps



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 3.2.2.6.1.24.** SSL Inspection CPS (IPS, avg. HTTPS) - 320
- 3.2.2.6.1.25.** SSL InspectionConcurrentSession (IPS, avg. HTTPS) - 55.000
- 3.2.2.6.1.26.** ApplicationControlThroughput (HTTP 64K) - 990Mbps
- 3.2.2.6.1.27.** CAPWAP Throughput (HTTP 64K) - 3.5Gbps
- 3.2.2.6.1.28.** Virtual Domains (Default / Maximum) - 10/10
- 3.2.2.6.1.29.** MaximumNumberofFortiSwitchesSupported - 8
- 3.2.2.6.1.30.** MaximumNumberofFortiAPs (Total / TunnelMode - 16/8
- 3.2.2.6.1.31.** MaximumNumberofFortiTokens - 500
- 3.2.2.6.1.32.** High AvailabilityConfigurations - Active-Active, Active-Passive, Clustering
- 3.2.2.6.1.33.** PS - Todos os valores de desempenho são "até" e variam de acordo dependendo da configuração do sistema.
- 3.2.2.6.1.34.** O teste de desempenho da VPN IPsec usa AES256-SHA256.
- 3.2.2.6.1.35.** IPS (Enterprise Mix), ApplicationControl, NGFW e ThreatProtection são medidos com o Logging ativado.
- 3.2.2.6.1.36.** Os valores de desempenho da inspeção SSL usam uma média de sessões HTTPS de diferentes conjuntos de criptografia.
- 3.2.2.6.1.37.** O desempenho do NGFW é medido com Firewall, IPS e Controle de Aplicativos habilitados.
- 3.2.2.6.1.38.** O desempenho da proteção contra ameaças é medido com Firewall, IPS, controle de aplicativos e proteção contra malware habilitados.
- 3.2.3.** Sustentação do Firewall
 - 3.2.3.1.** Suporte 24 x 7 para os 09 (nove) equipamentos de Firewall (appliances), em configurações nativas e troubleshooting;
 - 3.2.3.2.** Monitoramento dos Appliances, regras e funcionalidades essenciais com atuação proativa;
 - 3.2.3.3.** Identificação de possíveis ameaças e mitigação imediata;
 - 3.2.3.4.** Criação de regras e aplicação de boas práticas em conjunto com o Contratante.
- 3.3.** Storage
 - 3.3.1.** 5 Terabytes de Storage Backup;
 - 3.3.2.** 2 Licenças para Agente Acronis;
 - 3.3.3.** Agentes dedicados por servidor para envio dos dados ao repositório.
- 3.4.** Network Operation Center – NOC:
 - 3.4.1.** Utilização de Zabbix / Grafana para monitorar os ativos de rede, e fornecimentos dos serviços envolvido na infraestrutura de TI do CREA-PB ;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 3.4.2.** 100 Hosts monitorados;
- 3.4.3.** Templates Nativos;
- 3.4.4.** Notificações Nativas (WhasApp, Telegram, SMS e E-mail);
- 3.4.5.** Suporte via Ticket;
- 3.4.6.** SLA inicial de 8 horas;
- 3.4.7.** Suporte 8 x 5;
- 3.4.8.** Backup de Banco de Dados.

4. CARACTERÍSTICAS DO DATA CENTER E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1.** A CONTRATADA deverá possuir sua estrutura física localizada em território nacional brasileiro, juntamente com o ambiente de hospedagem da SOLUÇÃO TECNOLÓGICA que garanta a segurança das informações e a continuidade das operações em conformidade com os parâmetros da ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, mantenha a documentação atualizada de sua Política de Segurança de Informações e seja tolerante a falhas, em conformidade com os requisitos deste Termo de Referência.
- 4.2.** A infraestrutura de servidores deve estar alocada e disponível para uso exclusivo pelo CREA/PB, com controle, operação e gestão de segurança da infraestrutura física sendo feitos pela CONTRATADA, e controle, operação e gestão de segurança lógica sendo feitos pela CONTRATANTE.
- 4.3.** O CREA/PB poderá solicitar acesso a infraestrutura de servidores quando entender necessário, a fim de auditoria, ou quaisquer outras necessidades.
- 4.4.** Todos os equipamentos, infraestrutura, licenciamentos, serviços de gestão e *facilities* necessários para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.
- 4.5.** A CONTRATADA deverá fornecer infraestrutura baseada em Data Center, incluindo para a prestação dos serviços: mão de obra, recursos computacionais, equipamentos, cabos, fios, conectores, acessórios, componentes, estrutura de rede de fibra óptica e metálica e montagem das VLANs, servidores virtuais, estrutura de backup, acesso à Internet, e qualquer outro insumo necessário para prestar os serviços detalhados nesse documento.
- 4.6.** A latência máxima entre a sede do CREA/PB e o Data Center da CONTRATADA não deverá ser superior a 5ms (cinco milissegundos).
- 4.7.** Deve ser fornecida infraestrutura de rede 10G BASE-SR para comunicação na Rede de Área de Armazenamento com todos os acessórios, conectores, Transceptor, softwares e demais itens que porventura não estejam descritos neste termo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.8. A CONTRATADA deverá realizar de forma continuada, tarefas e rotinas que garantam o pleno funcionamento de toda a infraestrutura, de forma integral e ininterrupta, ou seja, "24x7x365" (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano) nas dependências da CONTRATADA, mantendo em pleno funcionamento todo objeto da contratação.

4.9. A CONTRATADA deverá gerenciar, monitorar, sustentar e operar de forma proativa todos os recursos disponibilizados para o CONTRATANTE, de forma a garantir o correto funcionamento de todas as funcionalidades especificadas neste Termo de Referência, a partir de seu Centro de Operações de Rede (NOC), em regime 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).

4.10. A solução deverá ser escalável, de forma a permitir aumentar os recursos na infraestrutura de *Cloud Computing* da CONTRATADA para absorver alguma demanda complementar da CONTRATANTE caso seja necessário.

4.11. O Data Center da CONTRATADA deverá ser adequadamente protegido contra intempéries do tipo alagamento e tempestades elétricas;

4.12. O Data Center da CONTRATADA deverá possuir conformidade com a certificação do tipo TIER III que garante uptime de 99.982%, para a hospedagem dos equipamentos;

4.13. O Data Center deve possuir equipe de operadores em turnos e serviços de plantão de suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano;

4.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios de acompanhamento dos incidentes.

4.15. A solução deverá contar e ser fornecida com todos os componentes necessários à sua completa instalação, configuração e operação, bem como a respectiva garantia

4.16. Permitir a utilização de todas as funcionalidades, tecnologias e recursos especificados neste termo de maneira ininterrupta, irrestrita e sem necessidade de licenciamentos ou ônus adicionais durante o prazo de vigência do licenciamento.

4.17. SERVIÇO DE SEGURANÇA DE PERÍMETRO

4.17.1. A CONTRATADA deverá dispor de recursos e soluções técnicas que garantam a segurança da informação dos dados da CONTRATANTE.

4.17.2. O SERVIÇO DE SEGURANÇA DE PERÍMETRO deverá abranger tanto o ambiente de Data Center da CONTRATADA quanto o ambiente da sede e inspetorias da CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.17.3. As funcionalidades de segurança deverão ser implementadas pela CONTRATADA através de hardwares dedicados com fim específico (*appliances*), podendo duas ou mais funções serem agregadas em equipamentos do tipo UTM (*UnifiedThreat Management*).

4.17.4. Serão disponibilizados Firewalls para serem implantados na Sede e nas 07 Inspetorias em todo o Estado da Paraíba.

4.17.5. As licenças dos dispositivos de segurança necessárias para o pleno funcionamento da solução serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.17.6. O Serviço deverá prover um console de gerenciamento central baseado na Web para gerenciamento dos dispositivos implementados permitindo a visibilidade detalhada do tráfego e do aplicativo em toda a rede.

4.17.7. As políticas dos dispositivos de segurança serão implementadas pela CONTRATADA, que deverá possuir pessoal certificado e qualificado à operação do ambiente descrito, de acordo com as regras definidas pela CONTRATANTE.

4.17.8. Todo o tráfego de entrada e saída da rede deverá passar pelos dispositivos de segurança, de modo que seja possível, a critério da CONTRATANTE, definir os controles e restrições necessários, com a colaboração da equipe da CONTRATADA.

4.17.9. Os dispositivos de segurança devem permitir filtragem de pacotes através da análise do endereço de origem, endereço de destino, serviço (TCP, UDP, ICMP, etc.).

4.17.10. O Serviço de Segurança de Perímetro deverá permitir a disponibilização de ao menos os seguintes tipos de relatórios:

4.17.10.1. Acessos autorizados demonstrando a quantidade de acessos autorizados, bem como, a quantidade de bytes trafegados, sendo possível sua visualização detalhada por, IP de origem, URL acessada.

4.17.10.2. Utilização da internet por protocolo.

4.17.10.3. 10 (dez) sites web mais acessados.

4.17.10.4. 10 (dez) usuários mais ativos.

4.17.10.5. Máquinas mais acessadas;

4.17.10.6. Serviços mais utilizados;

4.17.10.7. Usuários que mais utilizaram serviços;

4.17.10.8. Categorias Web mais acessadas;

4.17.10.9. Maiores emissores e receptores de e-mail;

4.17.10.10. Vulnerabilidade por nível de severidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.17.11. Os relatórios deverão ser enviados, nos formatos HTML ou PDF, através de e-mail para usuários pré-definidos da CONTRATANTE;

4.17.12. O Serviço deve permitir o monitoramento da rede em tempo real com diferentes mecanismos de alerta para identificação de possíveis problemas;

4.17.13. O Serviço deve ser capaz realizar o armazenamento de, pelo menos, 200 GB por dispositivo de diferentes tipos de LOGS, tais como Tráfego, Eventos do Sistema, Web, Aplicativos e Eventos de Segurança;

4.17.14. O Serviço deve permitir a visualização de log em tempo real de tráfegos de rede;

4.17.15. Os dispositivos devem permitir também que os logs sejam armazenados em o servidor de logs;

4.17.16. As configurações de regras e filtros a serem implementadas nos equipamentos de firewall deverão ser estabelecidas de acordo com as políticas de Segurança do CONTRATANTE;

4.17.17. As solicitações de alterações, exclusões e inclusões de novas regras, como, por exemplo, filtros de pacotes, bloqueios de endereço IP e fixação de endereço IP e NAT, deverão ser avaliadas e efetivamente operacionalizadas pela CONTRATADA, em um prazo máximo de 1 (um) dia útil;

4.17.18. Utilizar-se de melhores práticas e tecnologias reconhecidas pelo mercado no sentido de gerir e operacionalizar a segurança da informação e comunicação, bem como de prevenir incidentes;

4.17.19. Tratar Incidentes de Segurança (Vírus, SPAM/Phishing e outros) em conjunto com a Equipe de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

4.17.20. Proteger todos os componentes da solução CONTRATADA (hardware e software) contra vulnerabilidades conhecidas e que venham a ser divulgadas pelos fabricantes;

4.17.21. Nos casos de resposta a ataques e vulnerabilidades que ensejarem intervenção na infraestrutura, a CONTRATANTE deverá ser consultada (excetuando-se as emergências fora do horário comercial, sendo obrigada a CONTRATADA a relatar prontamente tais alterações).

4.18. Dispositivo de Segurança do Ambiente de Data Center da CONTRATADA

4.18.1. O ambiente de Data Center da CONTRATADA deverá possuir as seguintes funcionalidades de segurança mínimas, porém, não exaustivas, em face da evolução contínua das boas práticas deste tipo de serviço:

4.18.2. Firewall com statefulpacketinspection;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 4.18.3.** Controle de Aplicação;
- 4.18.4.** Filtro de Conteúdo Web;
- 4.18.5.** Sistema de Prevenção de Intrusão (IDS/IPS);
- 4.18.6.** Anti Malware / Antivírus;
- 4.18.7.** VPN IPSEC (Client-to-Site e Site-to-Site) para 200 usuários simultâneos;
- 4.18.8.** VPN SSL com segundo fator de autenticação para 200 usuários simultâneos;
- 4.18.9.** QoS e TrafficShaping.
- 4.18.10.** Deve ser fornecido em modalidade appliance, com no máximo 1U de altura, para montagem em bandeja ou topo de mesa (CPE).
- 4.18.11.** A solução deve oferecer tecnologia de Statefull Firewall, bem como Inspeção Profunda de Pacotes – DPI – suportando assim a inspeção completa da área de dados dos pacotes para identificação, controle e filtragem de tráfego.
- 4.18.12.** Tecnologia baseada em processadores de múltiplos núcleos para melhor desempenho do produto.
- 4.18.13.** Sistemas Operacionais do tipo “Harderizado” não serão aceitos. Apenas serão considerados aqueles armazenados em memória flash.
- 4.18.14.** A CONTRADA deve fornecer todos os equipamentos, licenças, acessórios e tudo mais que sejam necessários para o funcionamento da solução.
- 4.18.15.** A solução de segurança deverá possuir ao menos 10 (dez) portas GE RJ45, incluindo 7 (sete) portas internas, 2 (duas) portas WAN e 1 (uma) porta DMZ.
- 4.18.16.** A solução de segurança deverá suportar ao menos os seguintes parâmetros de desempenho de sistema:
- 4.18.17.** IPS Throughput: 1.4 Gbps;
- 4.18.18.** NGFW Throughput: 1 Gbps;
- 4.18.19.** ThreatProtectionThroughput: 700 Mbps;
- 4.18.20.** Firewall Throughput (64 byte UDP packets): 10 Gbps;
- 4.18.21.** Firewall Latency (64 byte UDP packets): 3.3µs
- 4.18.22.** Firewall Throughput (Packets Per Second): 9 MppsConcurrentSessions (TCP): 700.000
- 4.18.23.** New Sessions/Second (TCP): 35.000 Firewall Policies: 5.000
- 4.18.24.** IPsec VPN Throughput (512 byte): 6.5 Gbps
- 4.18.25.** Gateway-to-Gateway IPsec VPN Tunnels: 200
- 4.18.26.** Client-to-Gateway IPsec VPN Tunnels: 500
- 4.18.27.** SSL-VPN Throughput: 900 Mbps



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 4.18.28.** Concurrent SSL-VPN Users (RecommendedMaximum, TunnelMode): 200
- 4.18.29.** SSL InspectionThroughput (IPS, avg. HTTPS): 630 Mbps
- 4.18.30.** SSL Inspection CPS (IPS, avg. HTTPS): 400
- 4.18.31.** SSL InspectionConcurrentSession (IPS, avg. HTTPS): 55.000
- 4.18.32.** ApplicationControlThroughput (HTTP 64K):1.8 Gbps
- 4.18.33.** CAPWAP Throughput (HTTP 64K): 8 Gbps
- 4.19.** Dispositivo de Segurança do Ambiente da Sede da CONTRATANTE
- 4.19.1.** O ambiente da Sede da CONTRATANTE deverá possuir as seguintes funcionalidades de segurança mínimas, porém, não exaustivas, em face da evolução contínua das boas práticas deste tipo de serviço:
 - 4.19.1.1.** Firewall com statefulpacketinspection;
 - 4.19.1.2.** Controle de Aplicação;
 - 4.19.1.3.** Sistema de Prevenção de Intrusão (IDS/IPS);
 - 4.19.1.4.** Anti Malware / Antivírus;
 - 4.19.1.5.** VPN IPSEC (Client-to-Site e Site-to-Site) e para 200 usuários simultâneos;
 - 4.19.1.6.** VPN SSL com segundo fator de autenticação para 200 usuários simultâneos;
 - 4.19.1.7.** QoS e TrafficShaping.
- 4.19.2.** Deve ser fornecido em modalidade appliance, com no máximo 1U de altura, para montagem em bandeja ou topo de mesa (CPE).
- 4.19.3.** A solução deve oferecer tecnologia de Statefull Firewall, bem como Inspeção Profunda de Pacotes – DPI – suportando assim a inspeção completa da área de dados dos pacotes para identificação, controle e filtragem de tráfego.
- 4.19.4.** Tecnologia baseada em processadores de múltiplos núcleos para melhor desempenho do produto.
- 4.19.5.** Sistemas Operacionais do tipo “Harderizado” não serão aceitos. Apenas serão considerados aqueles armazenados em memória flash.
- 4.19.6.** A solução de segurança deverá possuir ao menos 5 (cinco) portas GE RJ45, incluindo 4 (quatro) portas internas, 1 (uma) portas WAN e 1 (uma) porta DMZ.
- 4.19.7.1.** A solução de segurança deverá suportar ao menos os seguintes parâmetros de desempenho de sistema:
 - 4.19.7.1.1.** IPS Throughput: 1 Gbps;
 - 4.19.7.1.2.** NGFW Throughput: 800 Mbps;
 - 4.19.7.1.3.** ThreatProtectionThroughput: 600 Mbps;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 4.19.7.1.4.** Firewall Throughput (64 byte UDP packets): 5 Gbps;
- 4.19.7.1.5.** Firewall Latency (64 byte UDP packets): 2.97µs
- 4.19.7.1.6.** Firewall Throughput (Packets Per Second): 7.5 Mpps
- 4.19.7.1.7.** ConcurrentSessions (TCP): 700.000
- 4.19.7.1.8.** New Sessions/Second (TCP): 35.000
- 4.19.7.1.9.** Firewall Policies: 5.000
- 4.19.7.1.10.** IPsec VPN Throughput (512 byte): 4.4 Gbps
- 4.19.7.1.11.** Gateway-to-Gateway IPsec VPN Tunnels: 200
- 4.19.7.1.12.** Client-to-Gateway IPsec VPN Tunnels: 250
- 4.19.7.1.13.** SSL-VPN Throughput: 490 Mbps
- 4.19.7.1.14.** Concurrent SSL-VPN Users (RecommendedMaximum, TunnelMode): 200
- 4.19.7.1.15.** SSL InspectionThroughput (IPS, avg. HTTPS): 310 Mbps
- 4.19.7.1.16.** SSL Inspection CPS (IPS, avg. HTTPS): 320
- 4.19.7.1.17.** SSL InspectionConcurrentSession (IPS, avg. HTTPS): 55.000
- 4.19.7.1.18.** ApplicationControlThroughput (HTTP 64K): 990 Mbps
- 4.19.7.1.19.** CAPWAP Throughput (HTTP 64K): 3.5 Gbps

4.20. SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO EM STORAGE

4.20.1. O serviço deverá prover infraestrutura de sustentação operacional e atender características técnicas para a prestação do Serviço Armazenamento em Storage compostas pelas especificações nos itens a seguir:

- 4.20.1.1.** O Serviço deverá ser baseado em discos de estado sólido (SSD);
- 4.20.1.2.** O Serviço deverá possibilitar que o volume criado seja anexado às máquinas virtuais e reconhecido pelo Sistema Operacional como um dispositivo físico e local;
- 4.20.1.3.** Deverá possuir função de criptografia do volume com mudança de chave gerenciada pela própria CONTRATADA ou CONTRATANTE;
- 4.20.1.4.** O Serviço deve permitir a definição de nomes ou identificadores – (Ids) de volumes de armazenamento;
- 4.20.1.5.** O Serviço deverá dispor de volume líquido inicial de 2 TB para os discos SSD com possibilidade de expansões futuras;
- 4.20.1.6.** O Serviço deve prover conectividade com os servidores de rede pelo protocolo iSCSI em velocidade mínima de 10Gbps;
- 4.20.1.7.** O Serviço deverá utilizar controladora virtual redundante de storage para gerenciamento de áreas de armazenamento, suportado por um par instâncias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

redundantes, configuradas no mínimo em regime de failover, com cada instância funcionando em componentes de hardware (storage nodes/células, servidores, etc) diferentes, instalados em um mesmo local, de modo que, quando ocorrer qualquer falha em uma das controladoras, a outra assuma automaticamente o controle de forma transparente e sem perda de informações;

4.20.1.8. O Serviço deverá permitir a escolha da quantidade de vCPU de I/O e de tamanho do cache a serem utilizados;

4.20.1.9. O Serviço deverá permitir a expansão e redução da área de memória cache, adição/remoção de áreas de armazenamento de dados, e alterações nas definições de hardware virtual das controladoras em tempo de execução, sem que seja necessária uma parada ou reinício da controladora virtual, e sem interromper o acesso aos dados armazenados durante a operação, para que seja possível adequar a controlada a demandas pontuais;

4.20.1.10. O Serviço deverá permitir a utilização da área bruta de armazenamento associada com, no mínimo, em níveis de RAID 1 (um) e 6 (seis), permitindo a utilização simultânea de grupos de áreas brutas de armazenamento de um mesmo tipo em grupos com níveis de RAID diferentes, e suportar a técnica de stripe sobre um conjunto de grupos de RAID, implementando os níveis de RAID 1+0 (10) e 6+0 (60);

4.20.1.11. O serviço deverá prover mecanismos de recuperação de falhas por meio da definição de uma área bruta de armazenamento hot-spare (dedicada a esta função) para reconstrução automática de um conjunto de área bruta de armazenamento em caso de falha de alguma das áreas pertencentes a um grupo de RAID, substituindo imediatamente e exclusivamente a área bruta de armazenamento em falha por outra isenta de falha;

4.20.1.12. O serviço deverá permitir a adição de áreas brutas de armazenamento para o aumento da área útil em tempo de execução, sem que seja necessária uma parada ou reinício da controladora virtual, e sem interromper o acesso aos dados armazenados durante a operação, para que seja possível adequar a controlada a demandas pontuais;

4.20.1.13. O serviço deverá ser capaz de executar operações de expansão de volumes em tempo de execução, de forma transparente para os servidores e/ou aplicações que utilizam o volume, sem interromper o acesso aos dados armazenados durante a operação;

4.20.1.14. O serviço deverá permitir movimentações de volumes entre tipos de áreas de armazenamento e/ou grupos de RAID distintos de forma online e transparente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

para os servidores e/ou aplicações que utilizam o volume, sem interromper o acesso aos dados armazenados durante a operação;

4.20.1.15. O serviço deverá permitir que os volumes sejam dimensionados logicamente e apresentados para utilização com uma capacidade superior aos recursos fisicamente alocados;

4.20.1.16. O Serviço deverá permitir a apresentação simultânea de volumes bloco utilizando o protocolo iSCSI e volumes de compartilhamento (NAS) utilizando os protocolos NFS e CIFS/SMB;

4.20.1.17. O serviço deverá suportar o balanceamento de cargas/failover nas conexões dos servidores com as controladoras virtuais de storage (multipath) utilizando drivers nativos dos sistemas operacionais suportados ou com software específico que deve ser disponibilizado de forma ilimitada e sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

4.20.1.18. O serviço deverá criar snapshots dos volumes através de ponteiros de blocos, sem limitação de quantidade, sem interrupção das operações de escrita/leitura no volume;

4.20.1.19. O serviço deverá possuir recursos que permita a configuração de políticas de criação e exclusão automáticas de snapshots, com intervalo mínimo de 01 (um) snapshot por minuto e definição da substituição e exclusão automática de snapshots baseados em parâmetros configuráveis de antiguidade;

4.20.1.20. O serviço deverá gerar cópias instantâneas (clones) e independentes dos volumes e/ou snapshots, para minimizar a utilização de área de armazenamento e, ainda, permitir que o clone seja disponibilizado aos servidores como um volume independente para escrita e leitura, sem que os dados do volume original sejam afetados;

4.20.1.21. O serviço deverá realizar o espelhamento de volumes de modo síncrono entre áreas de armazenamento de uma mesma controladora virtual e assíncrono entre áreas de armazenamento de controladoras virtuais diferentes;

4.20.1.22. O serviço deverá permitir a criação de tarefas agendadas de backup para automatizar o armazenamento de snapshots de cada volume em objectstorage remoto;

4.20.1.23. A tarefa de backup deverá possuir inteligência para enviar ao objectstorage apenas os blocos alterados desde a gravação do último snapshot (backup diferencial), efetuando a compressão dos dados durante o envio;

4.20.1.24. Deverá permitir a criação de tarefas restauração de volume a partir dos snapshots armazenados em objectstorage remoto;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.20.1.25. O serviço deverá possibilitar a monitoração em tempo real do nível de utilização, do desempenho dos recursos da controladora e dos grupos de recursos de armazenamento gerenciados por ela, informando, no mínimo, o percentual de utilização de CPU das controladoras; percentual de utilização ("hit rate") da memória cache; quantidade de operações de I/O por segundo; taxa de transferência de dados por segundo; e tempo de resposta de I/O;

4.20.1.26. A controladora virtual de storage utilizada, deverá ser compatível com servidores físicos e/ou virtuais utilizando, no mínimo, os sistemas operacionais Windows Server x86 e x64 a partir da versão 2012, RedHatEnterprise Linux a partir da versão 4, Suse Linux a partir da versão 9.0, Oracle Enterprise Linux a partir da versão 3, Solaris a partir da versão 10, e VMware vSphere a partir da versão 4.0;

4.20.1.27. É exigida compatibilidade com as soluções de cluster Microsoft Cluster Server (MSCS), RedHat Cluster Suite, e Veritas Cluster Suite.

4.21. SERVIÇO DE BACKUP EM NUVEM

4.21.1. Serviço de Backup para servidores e dados, onde as cópias de segurança são armazenadas em Data Center externo ao ambiente da CONTRATANTE;

4.21.2. A infraestrutura de armazenamento, processamento e transmissão deve ser disponibilizada em Data Center que possua a conformidade TIER III e estar localizado em território nacional;

4.21.3. O volume de armazenamento a ser disponibilizado para as cópias de segurança deve ser no mínimo 5Terabytes;

4.21.4. A solução de Backup deverá garantir desempenho suficiente para atender o volume de dados descritos neste Termo de Referência;

4.21.5. A solução de Backup deve garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e privacidade dos dados;

4.21.6. A solução de Backup deve incluir recursos de backup e replicação integrados em uma única solução;

4.21.7. O backup deve possibilitar a nuvem como uma opção de destino de dados de forma integrada e automática, se assim estiver configurada;

4.21.8. A solução de Backup deve oferecer a possibilidade de armazenar backups de forma criptografada, sem exigir criptografia do sistema de armazenamento;

4.21.9. A solução de Backup deve garantir que todos os dados sejam transmitidos por canal seguro de comunicação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.21.10. Devem estar inclusas na Solução de Backup as licenças de todos os softwares necessários para o completo funcionamento e gerenciamento das políticas de backup para 10 servidores virtuais;

4.21.11. O software deverá suportar o agendamento automático de backups nas modalidades: full, incremental e diferencial;

4.21.12. O software deverá oferecer funcionalidade completa de backup e restauração de diferentes tipos de clientes, através de uma gerência centralizada;

4.21.13. A solução de Backup deve permitir a proteção de quantidade ilimitada de clientes;

4.21.14. A solução de Backup deve suportar nativamente, ao menos, os seguintes sistemas:

4.21.14.1. Físico:

4.21.14.1.1. Windows Server

4.21.14.1.2. Windows Server Essentials

4.21.14.1.3. Linux

4.21.14.1.4. Windows PC

4.21.14.1.5. Mac

4.21.14.2. Virtual

4.21.14.2.1. VMware vSphere

4.21.14.2.2. Microsoft Hyper-V

4.21.14.2.3. Citrix XenServer

4.21.14.2.4. RedHatVirtualization

4.21.14.2.5. Linux KVM

4.21.14.2.6. Oracle VM Server

4.21.14.3. Nuvem

4.21.14.3.1. Office 365

4.21.14.3.2. Azure

4.21.14.3.3. Amazon EC2

4.21.14.3.4. Private Cloud

4.21.14.4. Aplicações

4.21.14.4.1. Oracle Database

4.21.14.4.2. Exchange

4.21.14.4.3. SQL Server

4.21.14.4.4. SharePoint

4.21.14.4.5. Active Directory



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.21.14.4.6. Endpoints

4.21.14.4.7. Windows PC

4.21.14.4.8. Surface Family

4.21.14.4.9. Mac

4.21.14.5. Dispositivos Móveis

4.21.14.5.1. Iphone

4.21.14.5.2. Android

4.21.15. O ambiente de armazenamento dos dados deve ser baseado em tecnologia de armazenamento rápida e segura para garantir ao máximo a disponibilidade e a velocidade do ambiente e deve-se notadamente fazer o uso de sistemas de redundância de discos (RAID);

4.21.16. O sistema deve prover quantidade ilimitada de restaurações, durante a vigência do contrato;

4.21.17. O tráfego de dados de internet deve ser ilimitado, permitindo a transferência, via funcionalidades de backup e restauração, de volume ilimitado de dados;

4.21.18. A CONTRATANTE deve garantir o acesso do cliente da solução à Internet;

4.21.19. A solução de Backup não pode ser limitada à quantidade de agentes (clientes) ou funcionalidades técnicas;

4.21.20. A CONTRATADA deverá prover todo o suporte à solução ofertada;

4.21.21. É responsabilidade da CONTRATADA monitorar a solução 24x7x365 (vinte e quatro horas, sete dias por semana, 365 dias por ano) para garantia da disponibilidade do serviço;

4.21.22. A solução proposta deverá prever medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, segurança e integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações;

4.21.23. A solução proposta deverá detectar e bloquear proativamente a criptografia não autorizada de arquivos e backups;

4.21.24. A solução de Backup deverá ser capaz de enviar alertas inteligentes e agregados a fim de reduzir o tempo necessário para reagir e resolver problemas;

4.21.25. A solução de Backup deverá prover acesso a uma console web centralizada para gerenciamento do ambiente de backup incluindo o acesso a dashboards e relatórios customizados;

4.21.26. A CONTRATANTE será responsável pela instalação, configuração e ativação dos agentes (clientes) da solução no seu ambiente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.21.27. A CONTRATANTE será responsável por operar as tarefas de backup, devendo adicionar, alterar ou remover tarefas e rotinas de backup;

4.21.28. A CONTRATANTE será responsável em verificar a execução das rotinas e tarefas de backup;

4.21.29. A CONTRATA deverá fornecer suporte técnico 24x7, em língua portuguesa, para sanar dúvidas quanto da solução, sua configuração ou quaisquer outros assuntos relacionados à solução;

4.21.30. O suporte técnico deverá disponibilizar, ao menos, os seguintes canais de atendimento: suporte Telefônico, e-mail e Sistema online de chamados;

4.21.31. Em casos de paralisações dos serviços deve a CONTRATADA iniciar a correção do problema em até 4 (quatro) horas corridas;

4.21.32. O prazo para disponibilização dos serviços para a CONTRATANTE será de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;

4.21.33. Os dados armazenados são de propriedade da CONTRATANTE, em nenhuma situação a preponente deverá gerar cobrança adicional para disponibilizar os dados. Devendo disponibilizar os dados em até 5 (cinco) dias úteis ao fim do contrato.

4.22. Serviço Dedicado de Conexão Lan to Lan

4.22.1. Os serviço de conexão dedicada entre a infraestrutura de rede local do CREA/PB e da CONTRATADA, visando à interconexão segura e rápida entre os dois, sem tráfego pela internet, será disponibilizada pela CONTRATANTE.

4.22.2. Todos os recursos necessários para prestação do serviço tais como, equipamentos, conectores, acessórios, cabos, fios ou qualquer outro recurso serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.22.3. As conexões entre a borda do Data Center e o ambiente da CONTRATANTE deverão ser realizadas por meio de conexões cruzadas (cross connections).

4.22.4. A velocidade de conexão deverá ser igual ou superior a 100 Mbps (Megabits por segundo) sem limitação de consumo de banda.

4.22.5. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço.

4.22.6. A Latência do link "LAN to LAN" não deverá ser superior a 5ms (cinco milissegundos).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 4.22.7.** A perda de pacotes máxima permitida deverá ser inferior a 1% das medições efetuadas.
- 4.22.8.** A taxa de erros CRC não poderá ser superior a 0% dentro de um intervalo de tempo de 5 minutos.
- 4.22.9.** As medições dos índices de latência e perda de pacotes serão feitas através de testes de ping (pacote ICMP) realizados pelo link de Internet utilizando pacotes de 32 bytes, em janelas de 5 minutos.
- 4.22.10.** A conexão dedicada deverá atender um SLA de 99,7%.

4.23. SERVIÇO DE GERENCIAMENTO

- 4.23.1.** A CONTRATADA deverá realizar de forma continuada, o gerenciamento, tarefas e rotinas que garantam o pleno funcionamento de toda a infraestrutura, de forma integral e ininterrupta, ou seja, "24x7x365" (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano), possuindo os seguintes requisitos:
- 4.23.2.** Fazer análise preditiva do impacto que as falhas e mudanças podem causar a prestação de serviços, garantindo a estabilidade do ambiente e a continuidade da execução dos serviços da CONTRATANTE;
- 4.23.3.** Durante todo o processo, a CONTRATADA deverá realizar todos os ajustes na infraestrutura de forma a mitigar eventuais problemas que possam afetar o desempenho dos serviços;
- 4.23.4.** Realizar o gerenciamento de todas as Máquinas Virtuais (VM's), Switchs Virtuais, Firewalls Virtuais e Virtualização KVM que façam parte dos serviços prestados a CONTRATANTE;
- 4.23.5.** Realizar o monitoramento proativo de disponibilidade e updates de segurança, sendo capaz de detectar problemas na infraestrutura de sustentação do Data Center e serviço de Telecom fornecidos, acionar o suporte interno para ações de correção e comunicá-los imediatamente à CONTRATANTE;
- 4.23.6.** Realizar suporte On-Demand nos serviços alocados;
- 4.23.7.** Ter responsabilidade por todos os aspectos de disponibilidade;
- 4.23.8.** A CONTRATADA deve suporte a todos os ativos de rede virtual e firewall;
- 4.23.9.** A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de monitoramento de rede que informe imediatamente à CONTRATANTE quaisquer problemas que possam impactar na operação dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.23.10. Deverão ser fornecidos à CONTRATANTE, acesso a um portal web de gestão para que seja possível a visualização de informações a respeito dos serviços contratados tais como disponibilidade, largura de banda, chamados, informações financeiras etc.

4.24. SUPORTE TÉCNICO

4.24.1. Serviço de suporte técnico ofertado pela CONTRATADA destinado a solucionar problemas e a esclarecer dúvidas na utilização dos serviços contratados.

4.24.2. O serviço deve consistir em processo de atendimento estruturado, baseado em metodologia ou boa prática reconhecida - ISO/IEC 20000 ou ITIL, por exemplo -com registro de chamado e incidentes e definição de prioridades, procedimento padronizado de atendimento, e canais de comunicação, disponibilizados durante a vigência do contrato.

4.24.3. O serviço deve dispor de Ponto Único de Contato, com características de Central de Serviços, acessível, no mínimo, por meio de ligação telefônica local, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.24.4. O Ponto Único de Contato deve permitir a abertura e o registro de chamados e incidentes sem limite de quantidade durante a vigência do contrato.

4.24.5. O Registro de chamados poderá ser realizado via telefone, e-mail ou portal web da CONTRATADA.

4.24.6. O atendimento a todos os chamados deve ser em língua portuguesa do Brasil.

4.24.7. O suporte técnico ocorrerá sem qualquer ônus adicional para o CREA/PB além do informado na proposta de preços vencedora da licitação, mesmo quando for necessária a atualização de equipamentos, o traslado e estadia de técnicos da CONTRATADA ou qualquer outro tipo de serviço necessário para garantir o cumprimento dos níveis de serviço exigidos.

4.24.8. Os serviços de suporte técnico estão descritos no Item 5.

4.25. MIGRAÇÃO DO AMBIENTE

4.25.1. A CONTRATADA deverá conduzir a Migração do Ambiente do CREA/PB para o seus Data Center;

4.25.2. A CONTRATADA deverá apresentar estratégia de migração do ambiente, para análise e aprovação do plano pela equipe técnica da CREA/PB;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4.25.3. A Migração do Ambiente deverá ocorrer preferencialmente em finais de semana ou após o horário de expediente normal do CREA/PB visando minimizar eventual impacto sobre a rotina dos usuários finais de sistemas informatizados;

4.25.4. A Migração total dos dados, sistemas e serviços do CREA/PB deverá ser finalizada em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato e será supervisionada a partir das dependências do CREA/PB;

4.25.5. Durante a Migração do Ambiente propriamente dita, a CONTRATADA deverá realizar as seguintes atividades:

4.25.6. Cópia de todos os dados do ambiente de TIC e de todos os subsistemas de armazenamento de dados do CREA/PB para o Data Center da CONTRATADA;

4.25.7. A verificação da consistência dos dados copiados com vistas a assegurar a preservação de sua integridade;

4.25.8. A remoção definitiva dos dados nos subsistemas de origem de forma a permitir que eles sejam desativados sem pôr em risco a confidencialidade dos dados.

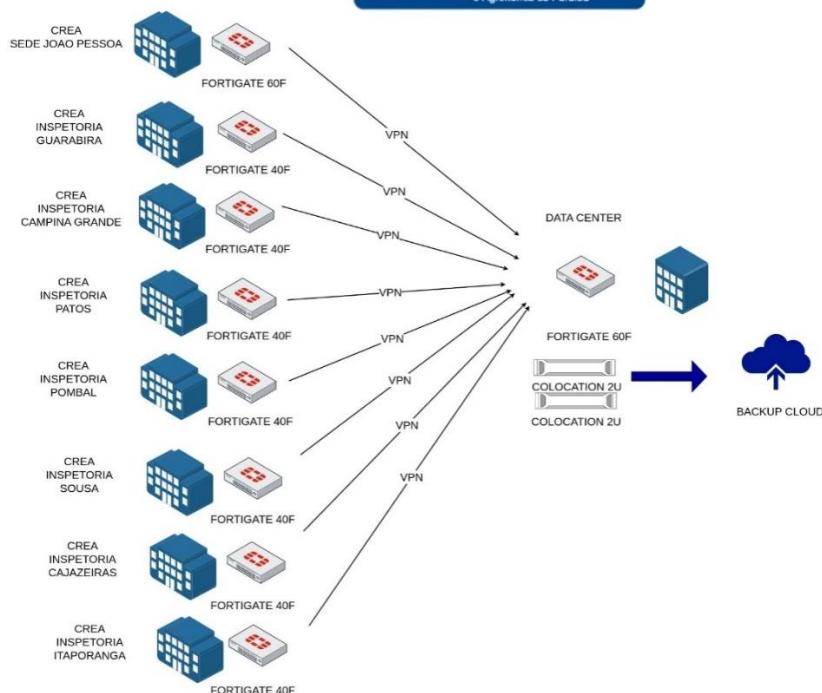
4.25.9. Caberá ao CREA/PB apoiar a configuração de servidores da CONTRATADA, se necessário, com vistas a permitir a utilização dos dados copiados e a restauração deles;

4.25.10. Todas as despesas necessárias à prestação do serviço, inclusive com deslocamento de profissionais da CONTRATADA, horas-extras, entre outros encargos serão de exclusiva responsabilidade desta.

4.26. Arquitetura a ser implantada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB



4.26.1. O ambiente computacional objeto deste certame é uma Nuvem Privada na qual serão hospedados servidores para armazenamento e processamento de dados do CREA/PB.

4.26.2. A comunicação entre o CREA/PB e o ambiente da CONTRATADA dar-se-á através de Conexão dedicada do tipo Lan-to-Lan, com redundância por meio de túnel VPN IPSEC utilizando conexão via internet.

4.27. Quantitativo dos serviços pretendidos:

| LOTE ÚNICO | | | | |
|------------|--|--------|-------------------|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE |
| 1 | Colocation Espaço para 4U's (Unidade de Rack); 1 IP Fixo; Tráfego Mensal de 10 Terabytes; Tomadas no padrão C13/C14; Micro ATS (nos casos das fontes não serem redundantes). | | UND | 1 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | | | | |
|---|---|--|-----|---|
| 2 | Firewall 2x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos ,(appliances), para sede do CREA-PB e Datacente da contratada: Licença ATP; ThreatProtection 700Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / Variantswithinternalstorage / WiFi Variants; NGFW 1Gbps; IPS 1.4Gbps. 2x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos ,(appliances), para sede do CREA-PB e Datacente da contratada: Licença ATP; ThreatProtection 600Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / WiFi Variants; NGFW 800Mbps; IPS 1Gbps. | | UND | 1 |
| 3 | Storage 5 Terabytes de Storage Backup; 2 Licenças para Agente Acronis; Agentes dedicados por servidor para envio dos dados ao repositório. | | UND | 1 |
| 4 | NetwokOperation Center – NOC Utilização de Zabbix / Grafana; 100 Hosts monitorados; Templates Nativos; Notificações Nativas (WhasApp, Telegram, SMS e E-mail); Suporte via Ticket; SLA inicial de 8 horas; Suporte 8 x 5; Backup de Banco de Dados. | | UND | 1 |
| 5 | Sustentação do Firewall Suporte 24 x 7 para os 09 (nove) equipamentos de Firewall | | UND | 1 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | (appliances), em configurações nativas e troubleshooting; Monitoramento dos Appliances, regras e funcionalidades essenciais com atuação proativa; Identificação de possíveis ameaças e mitigação imediata; Criação de regras e aplicação de boas práticas em conjunto com o Contratante. | | | |
|--|---|--|--|--|

5. SERVIÇOS DE SUPORTE

5.1. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre contratante e contratada com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados à solução contratada, principalmente qualidade, desempenho e disponibilidade;

5.2. Para mensurar esses fatores serão utilizados os indicadores do quadro adiante, com respectivos limites;

5.3. Ao abrirem chamados para solicitar serviço de suporte técnico, as unidades do Conselho, fiscalizadoras do contrato, classificarão as situações-problema como:

5.3.1. Alta (Emergencial) – Falha no sistema, fora de operação e necessidade de troca do equipamento;

5.3.2. Normal (Mau Funcionamento) - Falha intermitente em serviços suportados que torne o ambiente lento ou em pequenos grupos a operação está afetada, mas sem interrupção.

5.3.3. Baixa: Ocorrências que não interfiram na disponibilidade ou desempenho dos serviços.

5.4. A CONTRATADA deverá solucionar os problemas indicados nos chamados de serviços nos prazos definidos conforme quadro a seguir, denominado "CLASSIFICAÇÃO E TEMPOS DE ATENDIMENTO".

5.5. No subitem 5.1., na abertura do chamado serão definidas a categoria de prioridade (baixa, normal e alta). Os prazos para atendimento dos chamados deverão seguir o quadro abaixo:

| Tipo | Descrição | Prioridade | Prazo Máximo de Atendimento |
|-----------------------|--|-------------------|------------------------------------|
| Alta (Emergencial) | - Perda parcial ou total de funcionalidade do produto; | Alta Nível 3 | Até 4 horas corridas |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | | | |
|----------------------------|---|---------------|----------------------|
| | - Impacto geral na organização ou nos sistemas relacionados; | | |
| Normal (Mau funcionamento) | - Problemas que não resultem em impactos gerais no ambiente; - Problemas que podem ser contornados através de outros procedimentos; | Média Nível 2 | Até 8 horas corridas |
| Baixa | - Dúvidas referentes a operação da ferramenta; - Problemas que resultem em impactos isolados no ambiente; - Procedimentos Isolados; | Baixa Nível 1 | Até 1 dia Útil |

5.6. SUPORTE

5.6.1. A CONTRATADA deverá possuir contrato de suporte vigente com o fabricante do software no regime 24 x 7 x 365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano) para o atendimento de questões referentes à instalação, configuração, manutenção, administração e atualização de todo o ambiente a ser utilizada pela CONTRATANTE durante o período de vigência do contrato.

5.6.2. Uma vez registrada a ocorrência junto à CONTRATADA, ela será encaminhada para os procedimentos de atendimento e solução dos problemas.

5.6.3. Entende-se por término do atendimento, das ocorrências em aberto, a disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação da CONTRATANTE;

5.6.4. O suporte técnico poderá ser solicitado através de e-mail, telefone ou sistema para requisição de serviços, utilizando a Central de Serviços da CONTRATADA. Para tanto, a CONTRATADA deverá disponibilizar um e-mail, um telefone ou um sistema para a abertura e acompanhamento das solicitações. O procedimento de abertura de chamados deverá ser definido e informado, logo após o início da vigência do contrato. A CONTRATANTE não será obrigada a utilizar todos os meios de comunicação solicitados neste documento e disponibilizados pela CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

5.6.5. Os chamados para suporte técnico serão classificados por severidade, conforme impacto nos serviços do CREA-PB:

A) Severidade Crítica: Sistema crítico, em produção, está parado ou fora de funcionamento, não há meios de contornar a não conformidade. Número significativo de usuários afetados, impacto operacional significativo causado.

B) Severidade Alta: Sistema crítico, em produção, está apresentando falhas de funcionamento, não causou interrupção do serviço, no entanto afeta significativamente o desempenho, com impacto crítico aos usuários.

C) Severidade Média: Sistema não crítico está parado ou fora de funcionamento. O problema pode ser contornado. Impacto moderado aos usuários. Impacto operacional moderado.

D) Severidade Baixa – Dúvidas, problemas na utilização, esclarecimentos da documentação, sugestões, solicitações de desenvolvimento de novas features ou melhorias. Impacto mínimo aos usuários. Sem impacto operacional.

5.6.6. Para mensurar o nível de criticidade da não conformidade, serão utilizados os indicadores de severidade. Os chamados, conforme o nível de severidade, definidos pelos técnicos da contratante, terão prazo para resolução, contados a partir do momento do registro da solicitação em servicedesk de comunicação com a contratada.

5.6.7. Segue o aprazamento para resolução de não conformidade:

| Descrição do Nível de Criticidade | Tempo de Atribuição | Tempo da Primeira Resposta | Tempo máximo para resolução |
|--|----------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| Severidade Baixa | 20 Min | 24 horas corridas | 48 horas corridas |
| Severidade 2 | 20 Min | 8 horas corridas | 24 horas corridas |
| Severidade 3 | 20 Min | 4 horas corridas | 8 horas corridas |
| Severidade 4 | 20 Min | 1 horas corridas | 4 horas corridas |

5.6.8. Sendo entendido que:

A) Hora corrida é a compreendida entre o período de 0h às 24h, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

B) Hora útil é a compreendida entre o período de 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, excetuando-se feriados nacionais.

5.6.9. Sendo considerados as filas de atendimento conforme abaixo:

| | |
|------------|----------------------|
| Filas | Descrição |
| Suporte N1 | Primeiro Atendimento |
| Suporte N2 | Suporte Nível 2 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | |
|------------|-----------------------------------|
| Suporte N3 | Suporte Nível 3 |
| Engenharia | Arquitetura e Engenharia de Cloud |
| Gestão | Gestão (escalonamento) |

- 5.6.9.** O atendimento por padrão será realizado pelo suporte N1, que irá analisar se é possível resolver solicitação neste nível ou se precisará ser escalado para os demais níveis. Sempre que o nível anterior não conseguir atender sua solicitação com êxito, ela será escalada para o próximo nível.
- 5.6.10.** Considera-se não conformidade plenamente solucionada quando os sistemas e serviços forem restabelecidos sem restrições, e de forma definitiva.
- 5.6.11.** A contratada não será responsabilizada por descumprimento de prazo para resolução de não conformidade, quando a demanda for originada por falha, interrupção, inconsistência de dados e informações geradas pela Contratante ou terceiros da contratante. Nestas ocorrências, a contratada deverá emitir parecer comprovando que a não conformidade não se originou no cumprimento do objeto contratado.
- 5.6.12.** Toda intervenção no ambiente produtivo da Contratante, que resulte na necessidade de suporte técnico pela Contratada, deverá ser executada somente após autorização do CREA-PB, a partir de informações claras sobre o impacto da ação nos procedimentos que serão adotados.
- 5.6.13.** Na finalização do chamado, o técnico da contratada realizará, em conjunto com representantes técnicos do CREA-PB, testes para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou resolução do problema. O tempo utilizado nos testes não será computado no aprazamento de resolução da não conformidade.
- 5.6.14.** Ao término dos testes e do atendimento (fechamento do chamado), a contratada deverá formalizar a contratante, de forma detalhada, as causas da não conformidade e solução definitiva adotada.
- 5.6.15.** Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a contratante fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado.

6. LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTAÇÕES

6.1. Abaixo a fundamentação Legal e Legislação Aplicável da contratação:

6.2. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital – SGD, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 6.3.** PEC 17/2019 - proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais (Portal da Câmara dos Deputados);
- 6.4.** Lei nº 12.527/2011 - Lei de acesso à informação (L12527);
- 6.5.** Lei 12.737/2012 - que promoveu alterações no Código Penal Brasileiro tipificando os chamados delitos ou crimes informáticos;
- 6.6.** LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e alterações posteriores, Lei de Licitações (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm);
- 6.7.** Decreto nº 3.784/2001, promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II do Decreto nº 3.555/2000, art. 8º e Decreto nº 5.450, art. 9º. (D3784);
- 6.8.** Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lcp 123);
- 6.9.** DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015 (Decreto nº 8538);
- 6.10.** Decreto nº 7.892/2013, regulamenta o Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 7892);
- 6.11.** Decreto nº 10.024/19, regulamenta o Pregão Eletrônico (D10024);

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE

7.1. Além das demais condições de habilitação, o interessado no certame deverá comprovar capacidade técnica mediante a apresentação da seguinte documentação:

7.1.1. A licitante vencedora deverá apresentar declaração, em papel timbrado, emitida diretamente pelo (s) fabricante (s) que compõem a sua solução, de que a mesma possui credenciamento e capacitação técnica do fabricante para fornecimento das licenças e da prestação de serviços que compõem este certame;

7.1.2. 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já forneceu com composição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo máximo de cada Item. Juntamente ao(s) Atestado(s) deverá ser inserido o Contrato pertinente aos serviços prestados, sob pena de Inabilitação;

7.1.3. O atestado deve ser claro em relação ao fornecimento da tecnologia e do suporte prestado pela empresa contratada, devendo conter:

- A) Nome da empresa ou órgão que emitiu o atestado;
- B) Endereço completo;
- C) Descrição da solução, softwares e dos serviços executados;
- D) Manifestação acerca da qualidade dos serviços prestados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

E) Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse da Comissão de Licitação.

7.1.4. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da PROPONENTE;

7.1.5. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial pessoas jurídicas controladas ou controladora da PROPONENTE ou que tenha pelo menos 01 (uma) pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da emitente do atestado e da proponente

7.2. A licitante vencedora deverá possuir em seu quadro técnico, profissional com certificação pertinente a solução a ser implantada;

7.3. A solução deverá ser fornecida através de uma única plataforma de solução Cloud Computing, não sendo permitido ofertar a combinação de dois ou mais fornecedores;

7.4. A empresa deve dispor em seu quadro de colaboradores no mínimo 01 (um) profissional certificado pelo provedor da plataforma de computação em nuvem escolhida, com nível mínimo de Arquiteto de Soluções em Nuvem ou compatível;

7.5. Possuir escritório no Brasil com atendimento em português, em regime ininterrupto de 24 horas, 7 dias por semana e 365 dias por ano;

7.6. A solução proposta deverá hospedar os dados em datacenter que possua as conformidades Tier III e estar localizado em território nacional;

7.7. A solução proposta deverá atender aos requisitos de certificações relacionadas à conformidade e normas de segurança da informação:

7.7.1. Certificação ISO 27001;

7.7.2. Certificação ISO 27701;

7.7.3. Certificação ISO 9001;

8. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. As entregas dos equipamentos deverão ser efetuadas na sede do CREA-PB, na Av. Dom Pedro I nº 890 – Centro – João Pessoa/PB.

8.2. Expediente do CREA-PB é de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 16h00. Havendo necessidade, será autorizado à CONTRATADA o acesso às áreas para execução dos serviços fora desse horário;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 8.3.** A CONTRATADA deverá fornecer todos os itens relativos certame, descritos no objeto deste Termo de Referência, no prazo máximo de prazo máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato;
- 8.4.** A licitante deverá prever no valor global de sua proposta, quaisquer custos extraordinários, que se fizerem necessários para o cumprimento integral do objeto;
- 8.5.** Quaisquer alterações nas condições acima deverão ser avaliadas e aprovadas pelo Conselho.

9. IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

- 9.1.** A implementação das soluções deverá ser realizada sem interrupção do funcionamento do ambiente atual de operação da rede e sem impactos significativos para o ambiente de trabalho do Conselho, admitindo-se apenas paradas programadas em períodos fora do horário de expediente, desde que previamente acordadas com o Conselho, por intermédio da Coordenação Tecnologia da Informação;
- 9.2.** Os serviços para a implementação poderão ser executados em regime 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), sendo que esta condição será acertada entre as partes no planejamento da implantação e será prevista nos cronogramas do projeto básico e aceita pelo Conselho.
- 9.3.** As atividades consideradas incômodas ou que gerem qualquer tipo de impacto, perturbação ou desconforto nas atividades normais do Órgão, as quais terão de ser programadas para o período noturno, após as 20h, ou para finais de semana.
- 9.4.** Para a implantação, a CONTRATADA deverá alocar profissionais do seu quadro de funcionários, devidamente comprovado o vínculo empregatício, conforme lei trabalhista brasileira. É vedada qualquer tipo de terceirização de mão de obra, salvo apenas em casos de mão de obra específica e devidamente comprovada pela empresa. Esta documentação será avaliada pelo Conselho, antes no início dos trabalhos;
- 9.5.** A CONTRATADA deverá providenciar a instalação de toda a solução descrita no objeto deste Termo de Referência, no prazo máximo 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, contados a partir da data de assinatura do contrato;
- 9.6.** Todas as atividades envolvidas serão acompanhadas e validadas por analistas técnicos do Conselho;
- 9.7.** Para a implantação, a CONTRATADA deverá alocar profissionais com certificação oficial da solução. Esta documentação será avaliada antes no início dos trabalhos;
- 9.8.** A CONTRATADA deverá elaborar um projeto de implantação, em conjunto com as áreas técnicas do Conselho, onde deverão constar o desenho da solução (topologia,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

configurações, etc.), as atividades de preparação do ambiente, customização, testes e implantação;

9.9. A CONTRATADA deverá fornecer, em até 20 (vinte) dias corridos, após o término da implantação da solução, documentação contendo:

- A) Especificação de toda solução (características e funcionalidades implantadas);
- B) Desenho lógico da implantação;
- C) Comentários e configurações executadas;

9.10. Essa documentação deverá ser entregue em meios digitais e impressa;

9.11. Quaisquer alterações nas condições acima deverão ser avaliadas e aprovadas pelo Conselho; 8.12. O tempo e também as condições de nível de serviço para a garantia estão descritas no anexo: **ANEXO III – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA)**;

10. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. No ato da entrega serão conferidos os itens apresentados, e rejeitados, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo com as especificações e com obrigações assumidas pelo fornecedor ou previstas neste Edital e/ou neste anexo;

10.2. Caso seja necessário refazer o objeto rejeitado, o novo fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de 72 horas (corridas), sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

10.3. O CREA-PB se reserva no direito de receber os produtos na condição de posterior conferência caso não tenha condições de fazê-lo no ato da entrega;

10.4. Todos os equipamentos fornecidos, deverão ser de última geração, novos e sem uso, devidamente instalados, conforme descrições requisitas deste edital;

10.5. Recebimento Provisório – O aceite provisório de cada serviço e soluções, descritos neste certame deverá ocorrer no momento da entrega;

10.6. Recebimento Definitivo - Deverá ocorrer após a verificação da conformidade técnica, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do primeiro dia útil após a data de entrega;

10.7. A referida área será responsável pela elaboração do relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais / Faturas e do início da contagem do prazo da Garantia Mínima.

11. PROPOSTA COMERCIAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

11.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

11.2. Preços unitários e valor global da proposta devem estar, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

11.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

11.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

11.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nesta lei;

11.6. A licitante apta ao exercício do direito de preferência estabelecido no Decreto n.º 7.174/2010 deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos previstos na legislação;

11.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital;

11.8. A licitante, em sua proposta, deverá observar, além do estabelecido no Edital, os requisitos listados a seguir:

11.8.1. Declarar de forma clara e detalhada as especificações dos itens ofertados, inclusive no que se refere ao nome do fabricante do produto, à política de licenciamento do produto, ao nome do produto/serviço, à quantidade, preço unitário e preço total;

11.8.2. Observar, quando da formulação da proposta, as especificações e características obrigatórias, não sendo permitida a oferta de preços alternativos ou a inclusão de condições que impeçam o julgamento objetivo;

11.8.3. Declarar que atenderá a todos os requisitos estabelecidos no Edital, nas condições, prazos e níveis de serviço informados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

11.8.4. Declarar que está capacitada a apresentar na amostra os requisitos funcionais selecionados no Edital, nos requisitos mínimos estabelecidos, conforme estabelecido no Edital.

11.9. Para os itens do PROJETO DE IMPLANTAÇÃO (A), descritos no objeto deste certame, a licitante deverá relacionar todos os seus custos com o projeto, como por exemplo: Licenciamentos de software, Mão de obra, Descolamento e Diárias e quaisquer outros custos que foram devidamente apresentados na sua proposta comercial;

11.10. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta comercial o catálogo completo dos serviços e soluções ofertados ou documentos do fabricante contendo todas as informações técnicas correspondentes aos produtos ofertados na proposta para a devida análise da especificação técnica, sob pena de desclassificação da proposta comercial;

11.11. Na dúvida na análise técnica entre proposta comercial e a documentação do fabricante, prevalecerá a documentação do fabricante;

11.12. Comprovação que o(s) produto(s) ofertado(s) pertence(m) à linha corporativa. Não sendo aceitos soluções destinadas ao uso particular, doméstico ou não profissional;

11.13. As Certificações deverão ser apresentadas impressas juntamente com a proposta comercial;

11.14. A licitante que apresentar declaração falsa será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas no Edital.

12. PRAZOS E PAGAMENTOS

12.1. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO (A)

12.1.1. Após a assinatura de contrato, inicia-se o projeto de implantação das soluções descritas neste certame;

12.1.2. A CONTRATADA deverá providenciar a instalação de toda solução descrita no objeto deste Termo de Referência, no prazo máximo 15 (quinze) DIAS CORRIDOS, contados a partir da data de assinatura do contrato;

12.1.3. Ao término dos serviços que constam nos itens que compõem o PROJETO DE IMPLANTAÇÃO (A), a CONTRATADA deverá junto com a Nota Fiscal, apresentar o relatório com os descritivos das atividades executadas e demais documentos que sejam pertinentes e necessários para a correta aferição dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

12.1.4. O fiscal do contrato fará a aferição dos documentos enviados pela CONTRATADA e estando tudo correto, será realizada aprovação da respectiva nota fiscal / fatura, correspondente ao SETUP;

12.1.5. Os pagamentos serão sempre efetuados em moeda corrente nacional (real), de acordo com os valores definidos no certame.

12.2. OPERAÇÃO EM PRODUÇÃO E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO (B)

12.2.1. A contratada enviará os relatórios necessários juntamente com a fatura para aprovação da contratante;

12.2.2. Faturamento MENSAL;

12.2.3. Ao final de cada mês, a contratada deverá apresentar o Relatório de Consumo mensal e a Nota Fiscal.

12.2.4. O Relatório de Consumo mensal, deverá ser extraído com base de dados painel administrativo da solução;

12.2.5. O fiscal do contrato fará a aferição dos documentos enviados pela contratada e estando tudo correto, é realizada aprovação da respectiva nota fiscal / fatura;

12.2.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal / fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

12.2.7. Os pagamentos serão efetuados pelo Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da fiscal / fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.2.8. As notas fiscais / faturas poderão ser rejeitadas por erros ou incorreções em seu preenchimento, e serão formalmente devolvidas à empresa contratada para correção;

12.2.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

12.2.10. Todo o processo de implantação, incluindo mão de obra, ou quaisquer outras adequações necessárias, será de responsabilidade da CONTRATADA, portanto, todos os custos relativos a este item deverão ser contemplados à proposta comercial

12.2.11. Todo processo de implantação das soluções terá o acompanhamento da equipe técnica do Conselho que efetuará os testes de aceitação para que possa ser lavrado o Termo de Aceite definitivo;

12.2.12. O período de operação assistida, terá duração mínima de 05 (cinco) dias, podendo ser reduzida ou estendida, conforme forem apresentados os resultados positivos da implantação, ou seja, performance das soluções conforme esperado e ambiente estabilizado sem problemas e impactos aos usuários e serviços do Conselho;

12.2.13. O período de operação assistida, tem como objetivo minimizar todo e qualquer impacto que possa ocorrer no uso das novas aplicações, através do acompanhamento dos técnicos da CONTRATADA, de modo a responder de forma rápida e assertiva, questões como:

A) Correção de erros;

B) Solução de dúvidas dos usuários gestores e de TI;

C) Verificação do desempenho, Otimização e disponibilidade da Solução;

D) Atualização da documentação e scripts de atendimento de help desk;

E) Auxílio à equipe técnica da CONTRATADA no atendimento de segundo e terceiro nível;

F) Entre outras atividades necessárias para estabilização do software.

12.2.14. A operação assistida abrange todo o ambiente de execução das soluções;

12.2.15. O FORMATO DE EXECUÇÃO DESTA ATIVIDADE, SÓ PODERÁ SER ALTERADO DE PRESENCIAL PARA QUALQUER OUTRO FORMATO, COM A AUTORIZAÇÃO DO CONSELHO, POR INTERMÉDIO DE SEUS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO PROJETO;

12.2.16. O Contrato terá vigência de 05 (cinco) anos, conforme previsto no Artº 16 da Lei Federal Nº 14.133/21, podendo ser prorrogado com base no Artº 107 da Lei em referência.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

13.2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação a execução do objeto desta licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

13.4. Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA nas condições estabelecidas.

13.5. Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

13.6. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, por meio da(s) Área(s) Solicitante(s), permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste Termo de Referência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas.

13.7. Efetuar o recebimento provisório, bem como o recebimento definitivo do objeto.

13.8. Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária.

13.9. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

13.10. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto.

13.11. Arcar com as despesas de publicação do extrato de contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

13.12. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar o objeto desta licitação nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;

14.2. Indicar, imediatamente à assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, a gerência de contratos do CREA-PB, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao fornecimento, e atender aos chamados do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba, principalmente em situações de urgência, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

14.3. Fornecer números telefônicos, ou outros meios igualmente eficazes, para contato do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba com o Preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isto gere qualquer custo adicional;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 14.4.** Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo CREA-PB com respeito à execução do objeto;
- 14.5.** Entregar os produtos objeto desta licitação dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
- 14.6.** Cumprir todas as condições e prazo fixados nesta licitação ou outros que venham a ser fixados pelo CREA/PB;
- 14.7.** Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto desta licitação, durante toda a sua vigência, a pedido do CREA/PB;
- 14.8.** Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada nesta licitação, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria da execução do objeto e dos resultados obtidos, preservando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 14.9.** Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CREA/PB, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da execução do objeto;

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1.** A Contratada não poderá subcontratar os serviços objeto do presente Contrato.

16. DA CONFIDENCIALIDADE

- 16.1.** Os modelos de licenciamento, quando estiverem sob plataforma cloud, devem seguir as determinações da brasileira LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - LEI nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- 16.2.** A Contratada não poderá, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis, utilizar informações fornecidas pelo Conselho para qualquer outro tipo de uso que não os específicos para a execução do objeto deste certame;
- 16.3.** A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção do sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos junto a CONTRATANTE, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgar, torná-los públicos, reproduzir ou utilizá-los; descumprindo este comando, poderá ser acionada judicialmente, especialmente no cumprimento da lei 13.709/18.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

16.4. A CONTRATADA e seus empregados e prestadores de serviços, deverão estarem cientes do compromisso de não divulgar nenhum assunto tratado na prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência.

16.5. A CONTRATADA fica obrigada a obedecer às políticas e às normas de Segurança da Informação adotadas pela CONTRATANTE.

17. DAS SANÇÕES

17.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

17.1.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

17.1.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

17.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando ao CREA-PB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

17.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos ao CREA-PB. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

17.3. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A contratação objeto deste Termo de Referência poderá ser rescindida:

18.1.1. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.2. As fundamentações para Rescisão Contratual, estarão fundamentadas na Lei Federal Nº 14.133/21, em seu Art.º 90§§§ 2º, 4º e 7º.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

18.1.3. Ocorrendo a rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela contratada até a data da rescisão.

FRANCISCO EDSON SANTIAGO BRASIL
GTIN- GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NESTOR LEAL ALMEIDA
GERENTE ADMINISTRATIVO

LUCAS ALMEIDA SILVA
ASSESSOR - COMPRAS E AQUISIÇÕES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DO LICITANTE:

Nome empresarial:

CNPJ:

Endereço:

Tel/Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE DA LICITANTE:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF:

Cargo/Função:

RG:

Órgão Expedido:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Profissão:

Estado Civil:

Apresentamos a proposta final, consubstanciada no MENOR PREÇO, conforme detalhamento dos custos abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| LOTE ÚNICO | | | | | | |
|------------|---|------------|-------------|----------|-----------------|-----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | CATSE R | UNIDAD E | QTD E | V. UNIT . | V. TOTA L |
| 1 | Colocation Espaço para 4U's (Unidade de Rack); 1 IP Fixo; Tráfego Mensal de 10 Terabytes; Tomadas no padrão C13/C14; Micro ATS (nos casos das fontes não serem redundantes). | | Und | 1 | | |
| 2 | Firewall 2x 60F Fortigate ou similar: Licença ATP; ThreatProtection 700Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / Variantswithinternalstora ge / WiFi Variants; NGFW 1Gbps; IPS 1.4Gbps. 7 x 40F Fortigate ou similar: Licença ATP; ThreatProtection 600Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / WiFi Variants; NGFW 800Mbps; IPS 1Gbps. | | Und | 1 | | |
| 3 | Storage 5 Terabytes de Storage Backup; 2 Licenças para Agente Acronis; | | Und | 1 | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | | | | | | |
|---|---|--|-----|---|--|--|
| | Agentes dedicados por servidor para envio dos dados ao repositório. | | | | | |
| 4 | NetwokOperation Center – NOC Utilização de Zabbix / Grafana; 100 Hosts monitorados; Templates Nativos; Notificações Nativas (WhasApp, Telegram, SMS e E-mail); Suporte via Ticket; SLA inicial de 8 horas; Suporte 8 x 5; Backup de Banco de Dados. | | Und | 1 | | |
| 5 | Sustentação do Firewall Suporte 24 x 7 para os 09 (nove) equipamentos de Firewall (appliances), em configurações nativas e troubleshooting; Monitoramento dos Appliances, regras e funcionalidades essenciais com atuação proativa; Identificação de possíveis ameaças e mitigação imediata; Criação de regras e aplicação de boas práticas em conjunto com o Contratante. | | Und | 1 | | |

Validade da Proposta: validade de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública.

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

ANEXO III – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA)

- 1.** Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre contratante e contratada com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados à solução contratada, principalmente qualidade, desempenho e disponibilidade;
- 2.** Para mensurar esses fatores serão utilizados os indicadores do quadro adiante, com respectivos limites;
- 3.** Ao abrirem chamados para solicitar serviço de suporte técnico, as unidades do Conselho, fiscalizadoras do contrato, classificarão as situações-problema como:
 - 3.1.** Alta (Emergencial) – Falha no sistema, fora de operação e necessidade de troca do equipamento.
 - 3.2.** Normal (Mau Funcionamento) - Falha intermitente em serviços suportados que torne o ambiente lento ou em pequenos grupos a operação está afetada, mas sem interrupção.
 - 3.3.** Baixa: Ocorrências que não interfiram na disponibilidade ou desempenho dos serviços.
- 4.** A CONTRATADA deverá solucionar os problemas indicados nos chamados de serviços nos prazos definidos conforme quadro a seguir, denominado "CLASSIFICAÇÃO E TEMPOS DE ATENDIMENTO";
- 5.** A CONTRATADA deverá respeitar os níveis de serviço conforme tabela a seguir: 5.1. Na abertura do chamado serão definidas a categoria de prioridade (baixa, normal e alta). Os prazos para atendimento dos chamados deverão seguir o quadro abaixo:

| Tipo | Descrição | Prioridade | Prazo Máximo de Atendimento |
|----------------------------|--|-------------------|------------------------------------|
| Alta (Emergencial) | - Perda parcial ou total de funcionalidade do produto; - Impacto geral na organização ou nos sistemas relacionados; | Alta Nível 3 | Até 4 horas corridas |
| Normal (Mau funcionamento) | - Problemas que não resultem em impactos | Média Nível 2 | Até 8 horas corridas |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | | | |
|-------|--|---------------|----------------|
| | gerais no ambiente; - Problemas que podem ser contornados através de outros procedimentos; | | |
| Baixa | - Dúvidas referentes a operação da ferramenta; - Problemas que resultem em impactos isolados no ambiente; - Procedimentos Isolados; | Baixa Nível 1 | Até 1 dia Útil |

6. O início do atendimento “emergencial” não poderá ultrapassar o prazo de 4 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado;

7. O término do atendimento “emergencial” não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do início do atendimento; salvo quando for encontrado problema de firmware (bug) no produto, estando condicionado ao prazo fornecido pela engenharia do fabricante do Appliance.

8. O início do atendimento “Mau Funcionamento” não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas, contado a partir da abertura do chamado;

9. O término do atendimento “Mau Funcionamento” não poderá ultrapassar o prazo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do início do atendimento;

10. O início do atendimento “Visita Programada” não poderá ultrapassar o prazo de 3 (três) dias corridos, contado a partir da abertura do chamado;

11. O término do atendimento não crítico não poderá ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do início do atendimento;

12. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, após a abertura do chamado, feito pela equipe de suporte da licitante com o CONSELHO para tratar do problema reportado, devidamente registrado no sistema;

13. Entende-se por CONCLUSÃO do atendimento, o término integral do atendimento sem nenhuma pendência e devida aprovação do solicitante;

14. Quanto a CRITICIDADE, as demandas serão classificadas em:

14.1. ALTA (NÍVEL -3): Relacionadas a funcionalidades das plataformas ou aplicativos, que a sua indisponibilidade ou mal funcionamento, prejudiquem o atendimento do CREA-PB aos seus clientes ou que impedem que o CREA-PB a cumprir alguma das suas obrigações legais, operacionais, que tenham prazos estabelecidos e inadiáveis ou ainda



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

prejudicam sua imagem;

14.2. NORMAL (NIVEL -2): Relacionados a funcionalidades dos sistemas que prejudicam o atendimento interno ou impedem que o CREA-PB a cumprir algumas da sua obrigação com prazos estabelecidos, mas que podem ser adiados ou que não prejudiquem sua imagem;

14.3. BAIXA (NIVEL -1): Relacionadas a funcionalidade dos sistemas que não prejudicam a operacionalização do CREA-PB.

15. Os prazos máximos de atendimento das solicitações somente poderão ser ajustados com autorização expressa do CONTRATANTE;

16. A classificação das solicitações pelo TIPO e CRITICIDADE é de responsabilidade do CONTRATANTE, de acordo com as definições acima, no momento do pedido da solicitação. Caso está não o faça, fica a critério de a CONTRATADA classificá-las;

17. Para efeito de apuração do prazo de atendimento de uma solicitação, será considerada como "data e hora de abertura da solicitação" a data e hora que a CONTRATADA receber a solicitação. Será considerada como "data e hora de entrega" a data e hora que o CONTRATANTE receber a solução dada pela CONTRATADA;

18. A comunicação de solicitação e de entrega de serviços poderá ser realizada por qualquer canal tais como: e-mail, sistema ou por telefone;

19. A CONTRATADA disponibilizará ferramenta on-line para que o CONTRATANTE possa acompanhar as solicitações, seus prazos, as entregas e as previsões de atendimento;

20. Quaisquer problemas que venham a comprometer o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados à contratante, que colaborará com a contratada na busca da melhor solução para o problema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

ANEXO A

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES |
|------|---|
| 1 | Colocation Espaço para 4U's (Unidade de Rack); 1 IP Fixo; Tráfego Mensal de 10 Terabytes; Tomadas no padrão C13/C14; Micro ATS (nos casos das fontes não serem redundantes). |
| 2 | Firewall 2x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos ,(appliances), para sede do CREA-PB e Datacente da contratada: Licença ATP; Threat Protection 700Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / Variants with internal storage / WiFi Variants; NGFW 1Gbps; IPS 1.4Gbps. 7 x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos, (appliances), para as Inspetorias do CREA-PB: Licença ATP; Threat Protection 600Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / WiFi Variants; NGFW 800Mbps; IPS 1Gbps. |
| 3 | Storage 5 Terabytes de Storage Backup; 2 Licenças para Agente Acronis; Agentes dedicados por servidor para envio dos dados ao repositório. |
| 4 | Netwok Operation Center – NOC Utilização de Zabbix / Grafana; 100 Hosts monitorados; Templates Nativos; Notificações Nativas (WhasApp, Telegram, SMS e E-mail); Suporte via Ticket; SLA inicial de 8 horas; |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

| | |
|---|---|
| | Suporte 8 x 5; Backup de Banco de Dados. |
| 5 | Sustentação do Firewall Suporte 24 x 7 para os 09 (nove) equipamentos de Firewall (appliances), em configurações nativas e troubleshooting; Monitoramento dos Appliances, regras e funcionalidades essenciais com atuação proativa; Identificação de possíveis ameaças e mitigação imediata; Criação de regras e aplicação de boas práticas em conjunto com o Contratante. |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

ANEXO B
TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1 FINALIDADE E CONDIÇÕES GERAIS DESTE ANEXO

1.1. O presente Anexo tem como finalidade firmar as condições e responsabilidades a serem assumidas pelas Partes no que se refere à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

2 DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste termo, serão consideradas as seguintes definições:

- 2.1.1. Leis e Regulamentos de Proteção de Dados - Quaisquer leis, portarias e regulações, incluindo-se aí as decisões e as normas publicadas pela Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao Tratamento de Dados Pessoais no território nacional e que sejam pertinentes ao Tratamento de dados pessoais objeto do Contrato;
- 2.1.2. LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, e suas respectivas alterações posteriores (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- 2.1.3. Dados Pessoais - Qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável e que seja objeto de tratamento pela(s) Parte(s), incluindo Dados Pessoais Sensíveis, nos termos de ou em relação ao Contrato;
- 2.1.4. Serviço - Refere-se à contraprestação, nos termos do Contrato;
- 2.1.5. Colaborador(es) - Significa qualquer empregado, funcionário ou terceirizados, representantes ou prepostos, remunerado ou sem remuneração, em regime integral ou parcial, que atue em nome das Partes que tenha acesso a Dados Pessoais e/ou Dados Pessoais Sensíveis, por força da prestação dos serviços;
- 2.1.6. Incidente de Segurança da informação – significa um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaça a própria segurança da informação,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

a privacidade ou a proteção de dados pessoais, bem como, os acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

2.1.7. Autoridades Fiscalizadoras - Significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados);

2.2. Os termos <Tratamento=, <Dado Pessoal=, <Dado Pessoal Sensível=, <ANPD=, <Titular=, <Relatório de Impacto à Proteção de Dados=, <Controlador= e <Operador= terão, para os efeitos deste Anexo, o mesmo significado que lhes é atribuído na Lei nº 13.709/18.

2.3. As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados ou <LGPD=) e se obrigam a observar o dever de proteção de dados pessoais, os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis, inclusive nos meios digitais, comprometendo-se a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na LGPD e nas demais leis aplicáveis.;

3 DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

3.1. São deveres da Parte como Operador de Dados:

3.1.1. Responsabilizar-se: (i) pela realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular; (ii) pela compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas; (iii) pela definição da forma de tratamento dos referidos dados, cabendo ao Controlador de dados, ora CONTRATANTE, informar ao Titular, caso por este solicitado, ou através de sua política de privacidade divulgada ao público, que seus dados pessoais são compartilhados na forma prevista neste Contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 3.1.2. Caso, a exclusivo critério do Controlador, este realize tratamento de dados pessoais baseado em "consentimento" (Arts. 7º, I ou 11, I da LGPD), esta será compartilhada com o Operador de dados que responsabilizar-se-á pela guarda adequada do referido instrumento fornecido pelo Titular, visando atender às finalidades para o respectivo tratamento;
- 3.1.2.1. Deve ainda compartilhar o instrumento de consentimento com a outra Parte, quando solicitado, visando atender requisitos e determinações das autoridades fiscalizadoras, Ministério Público, Poder Judiciário ou Órgãos de Controle Administrativo;
- 3.1.3. Garantir que o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, e utilizá-lo, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 3.1.4. Não transferir, nem de outra forma divulgar dados da outra Parte, exceto se houver necessidade para fins de fornecimento da Solução:
- (a) até o limite necessário para fornecer a Solução;
 - (b) conforme permitido segundo o Contrato celebrado entre as partes;
 - (c) se for exigido pela Legislação Aplicável. Se uma das Partes for obrigada pela Legislação Aplicável a transferir, divulgar ou permitir o tratamento de dados por terceiros, notificará prontamente a outra Parte antes de atender tal exigência, e cooperará no sentido de limitar a extensão e o âmbito de tal transferência, divulgação ou tratamento;
- 3.1.5. Cooperar com a outra Parte no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;
- 3.1.6. Comunicar, em até dez dias, à outra Parte, o resultado de auditoria realizada pela ANPD que diga respeito ao serviço em questão e na medida em que se referiram aos dados da outra parte, corrigindo, em um prazo razoável, eventuais desconformidades detectadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

- 3.1.7. Informar imediatamente à CONTRATANTE, quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato;
- 3.1.8. Abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, devendo encaminhar à CONTRATANTE, conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor;
- 3.1.9. Informar à CONTRATANTE, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato, assim que tomar conhecimento de:
- a) qualquer investigação ou apreensão de Dados Pessoais ou qualquer indicação específica de que tal investigação ou apreensão seja iminente;
 - b) qualquer informação que seja relevante em relação ao tratamento de Dados Pessoais; e
 - c) qualquer incidente ou violação que afete o negócio ou que demande ação da outra Parte.
- 3.2. O subitem anterior interpreta-se em consonância com o detalhamento do serviço e as responsabilidades das partes previstas neste Contrato e seus demais anexos.

4 DOS COLABORADORES DAS PARTES

- 4.1. As Partes asseguram que o tratamento dos Dados Pessoais fique restrito aos Colaboradores que precisam efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no contrato indicado no preâmbulo, bem como que tais Colaboradores:
- 4.1.1. Tenham recebido treinamentos referentes aos princípios da proteção de dados e às leis que envolvem o tratamento; e
 - 4.1.2. Tenham conhecimento de suas obrigações, incluindo as do presente Termo;
- 4.2. Todos os Colaboradores das Partes, bem como os em exercício na Empresa, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados, incluindo, principalmente, os que envolvam dados pessoais;
- 4.3. A Parte não poderá ser punida e não será responsabilizada, caso tais informações sejam exigidas por requisição de autoridades competentes ou por determinação judicial, hipótese em que deverá notificar previamente a outra Parte acerca da existência e do conteúdo da ordem/requisição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

correspondente, em tempo razoável.

5 DOS COOPERADORES

- 5.1. Não será permitido que o CONTRATADO firme parcerias com outros provedores, salvo se por comunicação expressa ao CONTRATANTE com adequada autorização deste, expondo a imprescindibilidade para execução da prestação de serviço. Ainda assim, o CONTRATADO tem a obrigação de celebrar contratos adequados e em conformidade com a LGPD e adotar medidas de controle para garantir a proteção dos dados do CONTRATANTE e dos dados do Titular, aderentes aos requisitos de boas práticas de segurança aplicados;
- 5.2. A CONTRATADA notificará previamente a CONTRATANTE, caso deseje adicionar ou remover algum dos provedores parceiros, devendo haver a concretização após expressa autorização da CONTRATANTE;

6 DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

- 6.1. O CONTRATADO adotará medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas a assegurar a proteção de dados (nos termos do artigo 46, da LGPD), de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos Dados Pessoais tratados e mitigar possíveis riscos. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, o CONTRATADO deverá levar em conta os riscos que são apresentados pelo Tratamento, em particular aqueles relacionados a potenciais incidentes de segurança, identificação de vulnerabilidades, e adequada gestão de risco;
- 6.2. O CONTRATADO manterá os Dados Pessoais dos colaboradores, usuários, clientes e Profissionais do CONTRATANTE e informações confidenciais sob programas de segurança (incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos), elaborados visando (a) proteção contra perdas, acessos ou divulgação acidentais ou ilícitos; (b) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (c) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares. O CONTRATADO designará um ou mais empregados para coordenar e para se responsabilizar pelo programa de segurança da informação, que inclui a garantia de cumprimento de políticas internas de segurança da informação;
- 6.3. Em caso de Incidente de Segurança, inclusive de acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda de dados pessoais que tiverem sido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

transferidos pelo CONTRATANTE, independentemente do motivo que otenha ocasionado, o CONTRATADO comunicará ao CONTRATANTE imediatamente a partir da ciência do incidente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela Contratada; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de Titulares afetados; (v) dados de contato do En-carregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vi) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes. Caso o CONTRATADO não disponha de todas as informações, ora elencadas, no momento de envio da comunicação, deverá en-viá-las de forma gradual, de forma a garantir a maior celeridade possível, sendo certo que a comunicação completa (com todas as informações indicadas) deve ser enviada no prazo máximo de 5 dias a partir da ciência do incidente;

6.4. Fica estabelecido que as Partes não informarão a nenhum terceiro a respeito de quaisquer incidentes, exceto quando exigido por lei ou decisão judicial, hipótese em que uma Parte notificará à Outra e cooperará no sentido de limitar o âmbito das informações divulgadas ao que for exigido pela legislação vigente;

7 DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

7.1. As transferências de Dados Pessoais para um terceiro país, ou seja, um país diferente daquele em que os Dados Pessoais são disponibilizados, são permitidas somente quando tais transferências forem estritamente necessárias para a execução do Contrato e de acordo com as condições e os limites estabelecidos a seguir;

7.2. O CONTRATADO deverá notificar o CONTRATANTE, sem demora indevida, de quaisquer intenções de transferências permanentes ou temporárias dos Dados Pessoais do CONTRATANTE para um terceiro país e somente realizar tal transferência após obter autorização, por escrito, que pode ser negada a seu critério;

7.2.1. Essa notificação deverá conter informações detalhadas sobre para quais países as informações seriam transferidas e para quais finalidades;

7.3. Quando a transferência for solicitada pelo CONTRATANTE ou necessária para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

a prestação dos Serviços (mediante prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE), a Parte Contratada deverá adotar os mecanismos de transferência internacional pertinentes (incluindo, quando aplicável, as futuras cláusulas padrão aprovadas pela ANPD para Transferência Internacional de Dados Pessoais, sempre que estiverem disponíveis, ou, quando aplicável, cláusulas contratuais exigidas por países destinatários).

8 DA EXCLUSÃO E DEVOLUÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO CONTRATANTE

8.1. As partes acordam que, quando do término da vigência do contrato envolvendo o Tratamento de Dados Pessoais, prontamente darão por encerrado o tratamento com a efetiva devolução de dados e, em no máximo 30 dias, serão eliminados completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando necessária a manutenção dos dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese autorizativa da LGPD;

9 DAS RESPONSABILIDADES

9.1. Eventuais responsabilidades das Partes, serão apuradas conforme estabelecido no corpo deste Anexo, no contrato em que ele se insere e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD;

10 DOS DIREITOS DOS TITULARES

10.1. Os direitos dos Titulares dos Dados Pessoais previstos nas legislações que versem sobre dados pessoais, serão atendidos pela CONTRATANTE que é responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas, podendo ser solicitado auxílio do CONTRATADO. Caso algum Titular de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, faça sua requisição à Parte não responsável, como por exemplo, solicite a retificação, atualização, correção ou acesso aos seus dados pessoais, esta requisição será encaminhada imediatamente à outra Parte, para que esta proceda com o atendimento da requisição feita;

10.2. No caso de uma requisição de exclusão dos Dados Pessoais pelos Titulares, a Parte responsável poderá mantê-los em seus sistemas, caso haja qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, como por exemplo,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

para resguardo de direitos e interesses legítimos da própria CONTRATANTE;

- 10.3. Para os serviços descritos neste contrato, as Partes deverão adotar as salvaguardas de segurança descritas no item 6 e as medidas de trans-parência previstas na LGPD;

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Sem prejuízo de eventuais disposições sobre mediação e jurisdição:
- 11.1.1. Prevalecem as cláusulas e disposições do Contrato, naquilo que não conflitarem com o disposto neste Instrumento;
- 11.1.2. As Partes ajustarão variações a este Anexo que sejam necessárias para atender aos requisitos de quaisquer mudanças nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados;
- 11.2. Caso qualquer disposição deste Termo seja inválida ou inexecutável, o restante deste Termo permanecerá válido e em vigor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

ANEXO C

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DO SIGILO

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA-CREA/PB**, sediado na Avenida Dom Pedro I, nº 809 - Tambiá – João Pessoa/PB - CEP 59013-021, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.667.024/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa____, com sede na____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº____, doravante designada CONTRATADA;

CONSIDERANDO:

- a) Que, em razão do CONTRATO nº____, doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;
- b) A necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção, e
- c) O disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto nº 7.845, de 14/11/2012 - Procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- a) **Informação:** Todo e qualquer dado, organizado ou não, escrito, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentado, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, códigos fonte de programas de computador, na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições.
- b) **Informação Pública ou Ostensiva:** Aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.
- c) **Informação Sensível:** Aquela de valor estratégico que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos judicial, econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

d) **Informação Sigilosa:** Aquela que possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquela necessária ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão da execução do CONTRATO PRINCIPAL ou aquela classificada pelo CONTRATANTE como confidencial ou reservada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. O acesso e uso das informações da CONTRATANTE pela CONTRATADA serão restritos à execução do CONTRATO PRINCIPAL, ficando a CONTRATADA obrigada a:

a) Não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso indevido de informações sensível ou sigilosa da CONTRATANTE;

b) Manter as informações sensíveis ou sigilosas da CONTRATANTE restritas àqueles cujo conhecimento seja imprescindível à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL;

c) Comunicar a CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente, qualquer informação da CONTRATANTE;

d) Dar ciência e obter o aceite formal dos empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO, bem como da natureza das informações;

e) Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso a informações sensíveis ou sigilosas da CONTRATANTE;

f) Apresentação de declaração asseverando que tomou pleno conhecimento de todas as informações contidas na Política de Uso da Tecnologia da Informação, sendo obrigatório o cumprimento de suas disposições.

3.2. Todos os empregados da empresa contratada deverão entregar aos fiscais do Contrato nº _____ os Termos de Responsabilidade, Manutenção de Sigilo e Aceite, devidamente pre-enchidos e assinados.

Parágrafo Único - As restrições impostas por este TERMO não se aplicam a INFORMAÇÕES que:

a) Sejam comprovadamente de domínio público;

b) Tenham sido comprovada e legitimamente recebidas de terceiros;

c) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Estado, so-mente até a extensão de tais ordens.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-
PB

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

4.1. A CONTRATADA poderá responder civil e criminalmente pela quebra do sigilo das informações sensíveis ou sigilosas do CONTRATANTE, ainda que por omissão, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. As obrigações constantes deste TERMO têm natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura e perdurarão enquanto as informações a que a CONTRATADA tiver acesso não sejam classificadas como Pública ou Ostensiva, sem vínculo com a vigência do CONTRATO PRINCIPAL.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Termo de Compromisso, não resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único - E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Termo de Compromisso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

ANEXO D
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1195512/2024

1. Descrição da necessidade

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de Colocation, Segurança de Perímetro, Armazenamento de Dados em nuvem privada, incluindo infraestrutura de Hardware Dedicado e Software, Processamento, Comunicação de Dados, Backup de Dados, Implementação, Gerência, Firewall e Suporte Técnico em conformidade com as quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

1.2. Cenário Atual:

2 x HP PROLIANT DL 380 GEN 10

2.4TB Raid 5

447GB Raid 5

Intel (R) Xeon (R) Bronze 3204 CPU @ 1.90GHz (2 Processadores)

128GB (utilizável: 64.0 GB)

1 Firewall TZ400 na Sede

Inspetorias Servidor com Endian Firewall Community

2. Área demandante

| Área demandante | Responsável |
|--|---------------------------------|
| Gerência de Tecnologia da Informação - GTIN | Francisco Edson Santiago Brasil |

3. Necessidades de Negócio

3.1. Necessidade de implantar mentalidade digital a todo órgão, trazendo maior engajamento em toda a instituição, com objetivo de aprimorar processos de trabalho e dar sustentação para a maior flexibilização do ambiente de trabalho;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

- 3.2. Necessidade de prover e atualizar continuamente os recursos e ferramentas de Tecnologia da Informação;
- 3.3. Necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de Tecnologias da informação e comunicação - TIC;
- 3.4. Necessidade de otimizar os custos de infraestrutura e serviços de TI, sendo este o benefício mais significativo em hospedar aplicações em infraestrutura em nuvem devido à redução de custos de capital (capital expenditure - Capex) e custos operacionais (operational expenditure - Opex);
- 3.5. Necessidade de atualizar os recursos tecnológicos disponíveis aos usuários internos, propiciando o aumento da eficiência e da produtividade;
- 3.6. Necessidade de mitigar possíveis riscos, danos ou indisponibilidade a prestação de serviços de TI, decorrentes de problemas técnicos identificados nos equipamentos.

4. Necessidades Tecnológicas

4.1. Especificações da solução

4.1.1. As instalações, configurações e ativações dos serviços e equipamentos que compõe a solução pretendida, deverão atender integralmente às características e às necessidades solicitadas neste Estudo Técnico Preliminar, responsabilizando-se o CONTRATADO por todas as conexões, materiais e equipamentos, acessórios e mão de obra técnica especializada, necessários para o bom funcionamento da solução ofertada.

4.1.2. Características da Solução pretendida:

4.1.2.1. Colocation

4.1.2.1.1. Espaço para 4U's (Unidade de Rack);

4.1.2.1.2. 1 IP Fixo;

4.1.2.1.3. Tráfego Mensal de 10 Terabytes;

4.1.2.1.4. Tomadas no padrão C13/C14;

4.1.2.1.5. Micro ATS (nos casos das fontes não serem redundantes).

4.1.2.2. Firewall

4.1.2.2.1. 2x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos *, (appliances)*, para sede do CREA-PB e Datacenter da contratada:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

- 4.1.2.2.1.1. Licença ATP;
- 4.1.2.2.1.2. Threat Protection 700Mbps;
- 4.1.2.2.1.3. Interface Multiple GE RJ45 / Variants with internal storage / WiFi Variants;
- 4.1.2.2.1.4. NGFW 1Gbps;
- 4.1.2.2.1.5. IPS 1.4Gbps.
- 4.1.2.2.1.6. ESPECIFICAÇÕES DE HARDWARE
- 4.1.2.2.1.7. GE RJ45 WAN/DMZ Ports - 2/1
- 4.1.2.2.1.8. GE RJ45 Internal Ports -5
- 4.1.2.2.1.9. GE RJ45 FortiLink Ports (Default) - 2
- 4.1.2.2.1.10. WIRELESS INTERFACE
- 4.1.2.2.1.11. USB Ports - 1
- 4.1.2.2.1.12. Console RJ45 1
- 4.1.2.2.1.13. IPS Throughput - 1.4Gbps
- 4.1.2.2.1.14. NGFW Throughput - 1Gbps
- 4.1.2.2.1.15. Threat Protection Throughput - 700Mbps
- 4.1.2.2.1.16. PERFORMANCE DO SISTEMA
- 4.1.2.2.1.17. Firewall Throughput (1518 / 512 / 64 byte UDP packets) - 10/10/6 Gbps
- 4.1.2.2.1.18. Firewall Latency (64 byte UDP packets) - 3.3µs
- 4.1.2.2.1.19. Firewall Throughput (Packets Per Second) - 9Mbps
- 4.1.2.2.1.20. Concurrent Sessions (TCP) - 700.000
- 4.1.2.2.1.21. New Sessions/Second (TCP) - 35.000
- 4.1.2.2.1.22. Firewall Policies - 5000
- 4.1.2.2.1.23. IPsec VPN Throughput (512 byte) - 6.5Gbps
- 4.1.2.2.1.24. Gateway-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 200
- 4.1.2.2.1.25. Client-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 500
- 4.1.2.2.1.26. SSL-VPN Throughput - 900 Mbps
- 4.1.2.2.1.27. Concurrent SSL-VPN Users (Recommended Maximum, Tunnel Mode) - 200
- 4.1.2.2.1.28. SSL Inspection Throughput (IPS, avg. HTTPS) - 630Mbps
- 4.1.2.2.1.29. SSL Inspection CPS (IPS, avg. HTTPS) - 400



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

- 4.1.2.2.1.30. SSL Inspection Concurrent Session (IPS, avg. HTTPS) - 55.000
- 4.1.2.2.1.31. Application Control Throughput (HTTP 64K) - 1.8Gbps
- 4.1.2.2.1.32. CAPWAP Throughput (HTTP 64K) - 8Gbps
- 4.1.2.2.1.33. Virtual Domains (Default / Maximum) - 10/10
- 4.1.2.2.1.34. Maximum Number of FortiSwitches Supported - 24
- 4.1.2.2.1.35. Maximum Number of FortiAPs (Total / Tunnel Mode - 64/32
- 4.1.2.2.1.36. Maximum Number of FortiTokens - 500
- 4.1.2.2.1.37. High Availability Configurations - Active-Active, Active-Passive, Clustering
- 4.1.2.2.1.38. PS - Todos os valores de desempenho são "até" e variam de acordo dependendo da configuração do sistema.
- 4.1.2.2.1.39. O teste de desempenho da VPN IPsec usa AES256-SHA256.
- 4.1.2.2.1.40. IPS (Enterprise Mix), Application Control, NGFW e Threat Protection são medidos com o Logging ativado.
- 4.1.2.2.1.41. Os valores de desempenho da inspeção SSL usam uma média de sessões HTTPS de diferentes conjuntos de criptografia.
- 4.1.2.2.1.42. O desempenho do NGFW é medido com Firewall, IPS e Controle de Aplicativos habilitados.
- 4.1.2.2.1.43. O desempenho da proteção contra ameaças é medido com Firewall, IPS, controle de aplicativos e proteção contra malware habilitados.
- 4.1.2.2.2. 7 x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos, (*appliances*), para as Inspetorias do CREA-PB:
 - 4.1.2.2.2.1. Licença ATP;
 - 4.1.2.2.2.2. Threat Protection 600Mbps;
 - 4.1.2.2.2.3. Interface Multiple GE RJ45 / WiFi Variants;
 - 4.1.2.2.2.4. NGFW 800Mbps;
 - 4.1.2.2.2.5. IPS 1Gbps.
 - 4.1.2.2.2.6. ESPECIFICAÇÕES
 - 4.1.2.2.2.7. Hardware Accelerated GE RJ45 WAN / DMZ Ports - 1
 - 4.1.2.2.2.8. Hardware Accelerated GE RJ45 Internal Ports - 3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

- 4.1.2.2.2.9. Hardware Accelerated GE RJ45 FortiLink Ports (Default) - 1
- 4.1.2.2.2.10. Hardware Accelerated GE RJ45 PoE/+ Ports - 0
- 4.1.2.2.2.11. USB Ports - 1
- 4.1.2.2.2.12. Console Port (RJ45) - 1
- 4.1.2.2.2.13. SYSTEM PERFORMANCE -- ENTERPRISE TRAFFIC MIX
- 4.1.2.2.2.14. IPS Throughput - 1Gbps
- 4.1.2.2.2.15. NGFW Throughput - 800Gbps
- 4.1.2.2.2.16. Threat Protection Throughput - 600Mbps
- 4.1.2.2.2.17. PERFORMANCE DO SISTEMA e CAPACIDADE
- 4.1.2.2.2.18. Firewall Throughput (1518 / 512 / 64 byte UDP packets) - 5/5/5 Gbps
- 4.1.2.2.2.19. Firewall Latency (64 byte UDP packets) - 2.97µs
- 4.1.2.2.2.20. Firewall Throughput (Packets Per Second) - 7.5Mbps
- 4.1.2.2.2.21. Concurrent Sessions (TCP) - 700.000
- 4.1.2.2.2.22. New Sessions/Second (TCP) - 35.000
- 4.1.2.2.2.23. Firewall Policies - 5000
- 4.1.2.2.2.24. IPsec VPN Throughput (512 byte) - 4.4Gbps
- 4.1.2.2.2.25. Gateway-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 200
- 4.1.2.2.2.26. Client-to-Gateway IPsec VPN Tunnels - 500
- 4.1.2.2.2.27. SSL-VPN Throughput - 490 Mbps
- 4.1.2.2.2.28. Concurrent SSL-VPN Users (Recommended Maximum, Tunnel Mode) - 200
- 4.1.2.2.2.29. SSL Inspection Throughput (IPS, avg. HTTPS) - 310Mbps
- 4.1.2.2.2.30. SSL Inspection CPS (IPS, avg. HTTPS) - 320
- 4.1.2.2.2.31. SSL Inspection Concurrent Session (IPS, avg. HTTPS) - 55.000
- 4.1.2.2.2.32. Application Control Throughput (HTTP 64K) - 990Mbps
- 4.1.2.2.2.33. CAPWAP Throughput (HTTP 64K) - 3.5Gbps
- 4.1.2.2.2.34. Virtual Domains (Default / Maximum) - 10/10
- 4.1.2.2.2.35. Maximum Number of FortiSwitches Supported - 8
- 4.1.2.2.2.36. Maximum Number of FortiAPs (Total / Tunnel Mode - 16/8
- 4.1.2.2.2.37. Maximum Number of FortiTokens - 500



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

4.1.2.2.2.38. High Availability Configurations - Active-Active, Active-Passive, Clustering

4.1.2.2.2.39. PS - Todos os valores de desempenho são "até" e variam de acordo dependendo da configuração do sistema.

4.1.2.2.2.40. O teste de desempenho da VPN IPsec usa AES256-SHA256.

4.1.2.2.2.41. IPS (Enterprise Mix), Application Control, NGFW e Threat Protection são medidos com o Logging ativado.

4.1.2.2.2.42. Os valores de desempenho da inspeção SSL usam uma média de sessões HTTPS de diferentes conjuntos de criptografia.

4.1.2.2.2.43. O desempenho do NGFW é medido com Firewall, IPS e Controle de Aplicativos habilitados.

4.1.2.2.2.44. O desempenho da proteção contra ameaças é medido com Firewall, IPS, controle de aplicativos e proteção contra malware habilitados.

4.1.2.3. Storage

4.1.2.3.1. 5 Terabytes de Storage Backup;

4.1.2.3.2. 2 Licenças para Agente Acronis;

4.1.2.3.3. Agentes dedicados por servidor para envio dos dados ao repositório.

4.1.2.4. Network Operation Center – NOC

4.1.2.4.1. Utilização de Zabbix / Grafana;

4.1.2.4.2. 100 Hosts monitorados;

4.1.2.4.3. Templates Nativos;

4.1.2.4.4. Notificações Nativas (WhatsApp, Telegram, SMS e E-mail);

4.1.2.4.5. Suporte via Ticket;

4.1.2.4.6. SLA inicial de 8 horas;

4.1.2.4.7. Suporte 8 x 5;

4.1.2.4.8. Backup de Banco de Dados.

4.1.2.5. Sustentação do Firewall

4.1.2.5.1. Suporte 24 x 7 para os 09 (nove) equipamentos de Firewall (appliances), em configurações nativas e troubleshooting;

4.1.2.5.2. Monitoramento dos Appliances, regras e funcionalidades essenciais com atuação proativa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

4.1.2.5.3. Identificação de possíveis ameaças e mitigação imediata;

4.1.2.5.4. Criação de regras e aplicação de boas práticas em conjunto com o Contratante.

4.2. Requisitos da Contratação

4.2.1. A infraestrutura de armazenamento, processamento e transmissão deve ser disponibilizada em Data Center que possua a conformidade TIER III e estar localizado em território nacional;

4.2.2. A latência máxima entre a sede do CREA/PB e o Data Center da CONTRATADA não deverá ser superior a 5ms (cinco milissegundos).

4.2.3. Apresentar junto a sua proposta, Certificação pertinente a LGPD – ISO 27001; ISO 27701; e ISO 9001.

4.2.4. Por se tratar de um serviço que envolve Colocation, ou seja, a contratação de um espaço físico para alocar equipamentos de propriedade do CREA/PB, que precisará ter acesso irrestrito a qualquer hora do dia ou da noite, se faz necessário que o Data Center esteja a um raio máximo 500 Km (quinhentos quilômetros) da sede do CREA/PB, visando otimizar o tempo de acesso aos equipamentos, quando necessário, através do suporte presencial dos seus profissionais, e cumprimento do SLA descrito neste termo, sendo essa exigência condição INEGOCIÁVEL para a prestação dos serviços objeto deste certame.

4.2.5. O valor cobrado mensalmente pela solução deverá incluir o custo de eventuais licenças do software, não sendo admitidas cobranças adicionais durante ou após o término do contrato, exceto nos casos de quantitativos superiores ao estimado no subitem 7.2, estes estarão sujeitos a aditivos no Contrato.

4.3. Operação, Suporte e Gerenciamento

4.3.1. O Data Center terá equipe plantonista 24 horas por dia, garantindo o suporte 24 x 7 x 365 ininterruptos, realizando todo o monitoramento e realizando ações quando necessário.

4.3.2. Para o suporte serão disponibilizados canais de atendimento: suporte Telefônico, e-mail e Sistema online de chamados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

4.3.3. Nos casos de indisponibilidade dos serviços, os mesmos deverão ser corrigidos no prazo de 4 (quatro) horas, após a identificação por parte da CONTRATADA e sua equipe de monitoramento ou a contar da abertura do chamado/comunicado por parte da CONTRATANTE.

4.3.4. Ao abrirem chamados para solicitar serviço de suporte técnico, as unidades do Conselho, fiscalizadoras do contrato, classificarão as situações-problema como:

4.3.5. Alta (Emergencial) – Falha no sistema, fora de operação e necessidade de troca do equipamento;

4.3.6. Normal (Mau Funcionamento) - Falha intermitente em serviços suportados que torne o ambiente lento ou em pequenos grupos a operação está afetada, mas sem interrupção.

4.3.7. Baixa: Ocorrências que não interfiram na disponibilidade ou desempenho dos serviços.

4.3.8. A CONTRATADA deverá solucionar os problemas indicados nos chamados de serviços nos prazos definidos conforme quadro a seguir, denominado “CLASSIFICAÇÃO E TEMPOS DE ATENDIMENTO”.

4.3.9. No subitem 5.1., na abertura do chamado serão definidas a categoria de prioridade (baixa, normal e alta). Os prazos para atendimento dos chamados deverão seguir o quadro abaixo:

| Tipo | Descrição | Prioridade | Prazo Máximo de Atendimento |
|----------------------------|---|-------------------|------------------------------------|
| Alta (Emergencial) | - Perda parcial ou total de funcionalidade do produto; - Impacto geral na organização ou nos sistemas relacionados; | Alta Nível 3 | Até 4 horas corridas |
| Normal (Mau funcionamento) | - Problemas que não resultem em impactos gerais no ambiente; - | Média Nível 2 | Até 8 horas corridas |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

| | | | |
|-------|---|---------------|----------------|
| | Problemas que podem ser contornados através de outros procedimentos; | | |
| Baixa | - Dúvidas referentes a operação da ferramenta; - Problemas que resultem em impactos isolados no ambiente; - Procedimentos Isolados; | Baixa Nível 1 | Até 1 dia Útil |

4.3.10. Os chamados para suporte técnico serão classificados por severidade, conforme impacto nos serviços do CREA-PB:

A) Severidade Crítica: Sistema crítico, em produção, está parado ou fora de funcionamento, não há meios de contornar a não conformidade. Número significativo de usuários afetados, impacto operacional significativo causado.

B) Severidade Alta: Sistema crítico, em produção, está apresentando falhas de funcionamento, não causou interrupção do serviço, no entanto afeta significativamente o desempenho, com impacto crítico aos usuários.

C) Severidade Média: Sistema não crítico está parado ou fora de funcionamento. O problema pode ser contornado. Impacto moderado aos usuários. Impacto operacional moderado.

D) Severidade Baixa – Dúvidas, problemas na utilização, esclarecimentos da documentação, sugestões, solicitações de desenvolvimento de novas features ou melhorias. Impacto mínimo aos usuários. Sem impacto operacional.

4.3.11. Para mensurar o nível de criticidade da não conformidade, serão utilizados os indicadores de severidade. Os chamados, conforme o nível de severidade, definidos pelos técnicos da contratante, terão prazo para resolução, contados a partir do momento do registro da solicitação em service desk de comunicação com a contratada.

4.3.12. Segue o aprazamento para resolução de não conformidade:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

| Descrição do Nível de Criticidade | Tempo de Atribuição | Tempo da Primeira Resposta | Tempo máximo para resolução |
|--|----------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| Severidade Baixa | 20 Min | 24 horas corridas | 48 horas corridas |
| Severidade 2 | 20 Min | 8 horas corridas | 24 horas corridas |
| Severidade 3 | 20 Min | 4 horas corridas | 8 horas corridas |
| Severidade 4 | 20 Min | 1 horas corridas | 4 horas corridas |

4.3.13. Sendo entendido que:

A) Hora corrida é a compreendida entre o período de 0h às 24h, 7 dias por semana, 365 dias por ano.

B) Hora útil é a compreendida entre o período de 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, excetuando-se feriados nacionais.

5.6.9. Sendo considerados as filas de atendimento conforme abaixo:

| Filas | Descrição |
|--------------|-----------------------------------|
| Suporte N1 | Primeiro Atendimento |
| Suporte N2 | Suporte Nível 2 |
| Suporte N3 | Suporte Nível 3 |
| Engenharia | Arquitetura e Engenharia de Cloud |
| Gestão | Gestão (escalonamento) |

4.3.14. O atendimento por padrão será realizado pelo suporte N1, que irá analisar se é possível resolver solicitação neste nível ou se precisará ser escalado para os demais níveis. Sempre que o nível anterior não conseguir atender sua solicitação com êxito, ela será escalada para o próximo nível.

4.3.15. Entende-se por término do atendimento, das ocorrências em aberto, a disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação da CONTRATANTE;

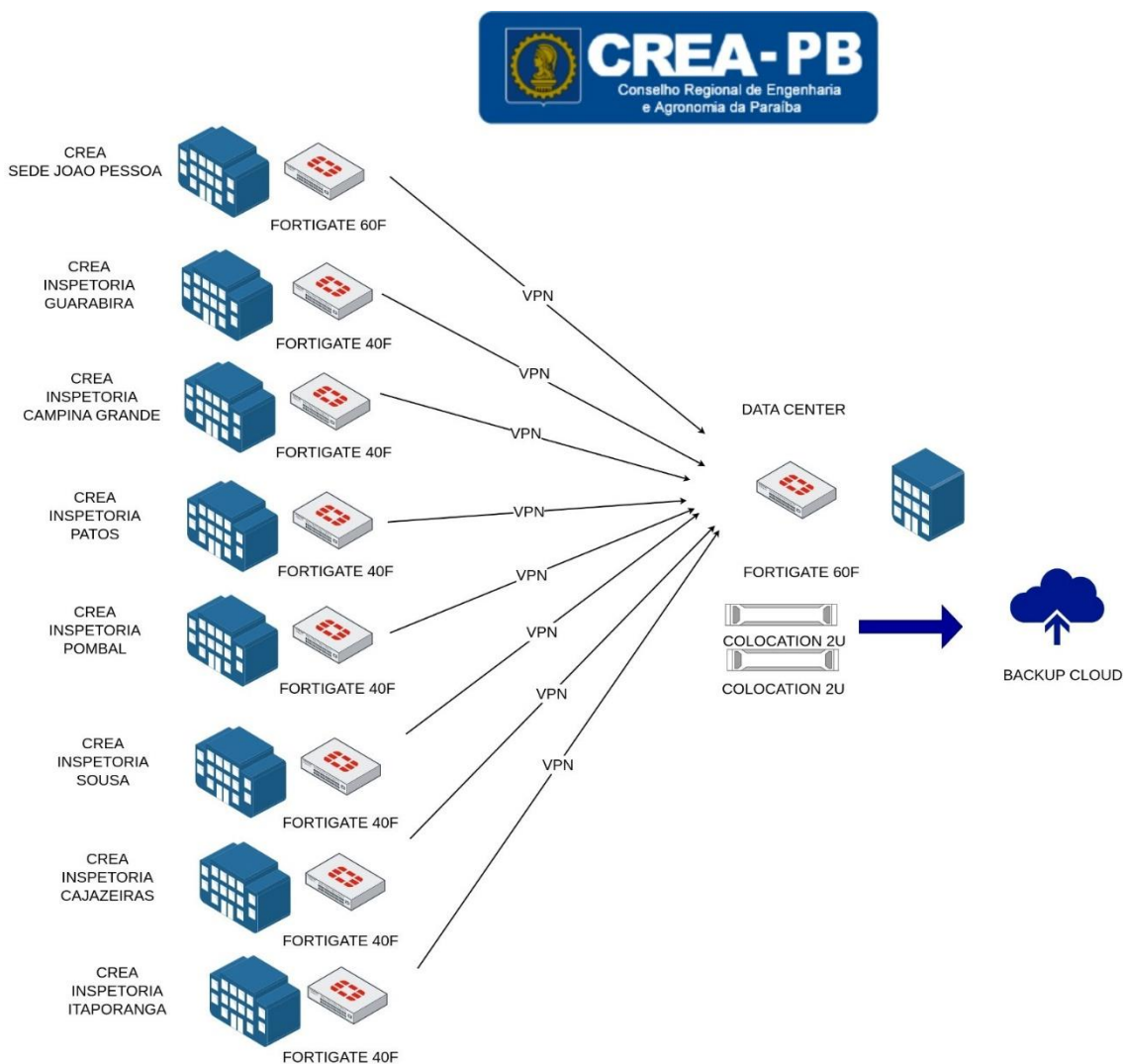
5. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

5.1. O ambiente computacional objeto deste certame é uma Nuvem Privada na qual serão hospedados servidores para armazenamento e processamento de dados do CREA/PB;

5.2. Arquitetura desejada:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB



- 5.3. O prazo máximo para implantação da solução pretendida será de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;
- 5.4. Todas as atividades envolvidas serão acompanhadas e validadas por analistas técnicos do Conselho;
- 5.5. Para a implantação, a CONTRATADA deverá alocar profissionais com certificação oficial da solução. Esta documentação será avaliada antes no início dos trabalhos;
- 5.6. A CONTRATADA deverá elaborar um projeto de implantação, em conjunto com as áreas técnicas do Conselho, onde deverão constar o desenho da solução (topologia, configurações, etc.), as atividades de preparação do ambiente, customização, testes e implantação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

5.7. A CONTRATADA deverá fornecer, em até 20 (vinte) dias corridos, após o término da implantação da solução, documentação contendo:

- A) Especificação de toda solução (características e funcionalidades implantadas);
- B) Desenho lógico da implantação;
- C) Comentários e configurações executadas;

6. DEMAIS REQUISITOS PARA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

- 6.1. A solução não poderá ultrapassar o valor máximo estimado;
- 6.2. Os critérios definidos neste ETP, possuem fundamentações técnicas, para garantir o perfeito funcionamento e segurança da solução pretendida, não sendo aceitos qualquer outro documento para atender as exigências estabelecidas;
- 6.3. A solução proposta deve dispor de mecanismo para monitoramento do espaço em disco disponível;
- 6.4. A solução proposta deverá dispor de software profissional para gerência e execução de backup e restauração de dados em nuvem, com garantia de atualizações e expansões durante o período do contrato sem ônus financeiro para o CREA;
- 6.5. A solução proposta deve monitorar 100 hosts com a ferramenta zabbix e grafana;

7. ESTIMATIVA DA DEMANDA

7.1. Para a contratação objeto deste estudo Técnico Preliminar, o CREA/PB pretende hospedar sua estrutura física e de armazenamento em DATA CENTER de alta performance

7.2. Serviços e quantidades pretendidas:

| LOTE ÚNICO | | | |
|------------|---|-------------------|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE |
| 1 | Colocation Espaço para 4U's (Unidade de Rack); 1 IP Fixo; Tráfego Mensal de 10 Terabytes; Tomadas no padrão C13/C14; | Und | 1 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

| | | | |
|---|--|-----|---|
| | Micro ATS (nos casos das fontes não serem redundantes). | | |
| 2 | Firewall 2x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos, (<i>appliances</i>), para sede do CREA-PB e Datacenter da contratada: Licença ATP; Threat Protection 700Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / Variants with internal storage / WiFi Variants; NGFW 1Gbps; IPS 1.4Gbps. 7 x Sistema integrado de segurança Empresarial físicos, (<i>appliances</i>), para as Inspetorias do CREA-PB: Licença ATP; Threat Protection 600Mbps; Interface Multiple GE RJ45 / WiFi Variants; NGFW 800Mbps; IPS 1Gbps. | Und | 1 |
| 3 | Storage 5 Terabytes de Storage Backup; 2 Licenças para Agente Acronis; Agentes dedicados por servidor para envio dos dados ao repositório. | Und | 1 |
| 4 | Netwok Operation Center – NOC Utilização de Zabbix / Grafana; 100 Hosts monitorados; Templates Nativos; Notificações Nativas (WhasApp, Telegram, SMS e E-mail); Suporte via Ticket; SLA inicial de 8 horas; Suporte 8 x 5; Backup de Banco de Dados. | Und | 1 |
| 5 | Sustentação do Firewall Suporte 24 x 7 para os 09 (nove) equipamentos de Firewall (<i>appliances</i>), em configurações nativas e troubleshooting; Monitoramento dos Appliances, regras e funcionalidades essenciais com atuação proativa; | Und | 1 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

| | | | |
|--|---|--|--|
| | Identificação de possíveis ameaças e mitigação imediata; Criação de regras e aplicação de boas práticas em conjunto com o Contratante. | | |
|--|---|--|--|

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 8.1. Obter serviços de alta disponibilidade, com suporte prestados em regime de atendimento 7 x 24 (sete dias por semana, vinte e quatro horas);
- 8.2. Terceirizar custos operacionais e reduzir custos de infraestrutura e serviços de TI, por meio de aplicações hospedadas em infraestrutura em nuvem;
- 8.3. Reduzir custos de licenciamento de software, mantendo e aprimorando serviços já em uso pelo Conselho;
- 8.4. Otimizar a produtividade da equipe de TI, focando o suporte nas operações de “missão crítica”;
- 8.5. Ampliar os mecanismos de segurança da informação, através de recursos como: retenção de dados; sistema de prevenção contra perda de dados; controle de acesso e gerenciamento de dispositivos e aplicativos e auditoria.
- 8.6. Padronização Tecnológica na Administração Pública;
- 8.7. Disponibilidade dos serviços em produção;
- 8.8. Redução de custos de manutenção e melhor eficiência pelo uso racional dos recursos, uma vez que estes foram definidos de forma a atender as necessidades do usuário;
- 8.9. Possibilitar o ajuste, sob demanda, da capacidade dessas aplicações, sistemas e serviços;
- 8.10. Possibilitar, ainda, a disponibilização de novas aplicações, sistemas e serviços;
- 8.11. Possibilitar serviço de gestão de incidentes de segurança, para analisar, remediar, conter e documentar os eventos de segurança da informação;
- 8.12. Possibilitar Serviço de gestão de vulnerabilidades, que tem por objetivo, de forma proativa e recorrente, identificar possíveis vulnerabilidades de segurança da informação;

9. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

- 9.1. Não há contratação anterior para o objeto pretendido.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

10. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Classifica-se os serviços como COMUNS, de caráter contínuo e sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, a ser contratado por licitação, fundamentado no Anexo I deste ETP – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO;

10.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

10.3. A prestação dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar, não gera vínculo empregatício entre os colaboradores da contratada e o CREA/PB, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

11.1. A solução pretendida não poderá ser fracionada.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

12.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução é indispensável para o atual Cenário de Tecnologia da Informação para esse Conselho.

João Pessoa ____ de _____ de 2024

Francisco Edson Santiago Brasil
Gerente de Tecnologia da Informação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

ANEXO IV
RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATAÇÃO

A GTIN – Gerência de Tecnologia da Informação, por meio do Servidor Francisco Edson Santiago Brasil na função de Gerente de TI, deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba, apresenta demanda para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gerenciados de Colocation, Segurança de Perímetro, Armazenamento de Dados em nuvem privada, incluindo infraestrutura de Hardware Dedicado e Software, Processamento, Comunicação de Dados, Backup de Dados, Implementação, Gerência, Firewall e Suporte Técnico em conformidade com as quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

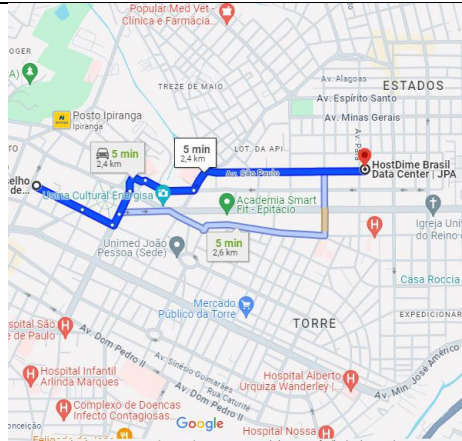
Essa Gerência de TI, realizou consulta ao mercado Nacional, com o objetivo de identificar empresas enquadradas na demanda requerida, sendo utilizados os critérios estabelecidos no Item 4 – NECESSIDADES TECNOLÓGICAS do Termo de Referência nos subitens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4.

Iniciamos a busca das empresas pertencentes ao perfil desejado, no site do Uptime [List of Tier-Certified Data Centers | Issued Awards \(uptimeinstitute.com\)](https://uptimeinstitute.com/awards), como forma de identificar as empresas Certificadas TIER III, a um raio máximo de 500Km da Sede, como descrito no subitem 4.2.4., vejamos:




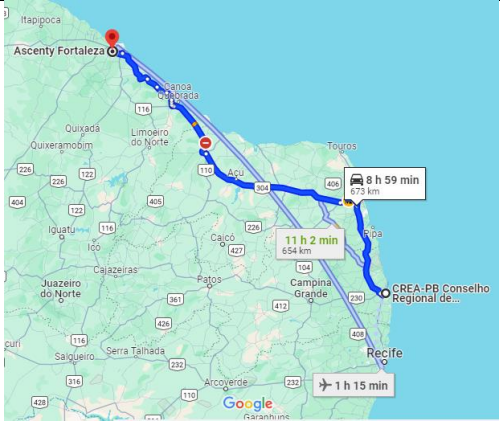
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB



| Data Center | Endereço | Sede CREA-PB x DATA CENTER | Localização Geográfica Google maps |
|-------------|--|----------------------------|---|
| HOSTDIME | São Paulo Nº 1223, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, 58030-040 | 2,6km |  -7.116635856382431 -34.8568990661596 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

| | | | |
|---------------------|--|-------|---|
| SURFIX DATA CENTER | Eng. Domingos Ferreira, 2010 - Boa Viagem, Recife - PE, 51111-020 | 129km |  <p>-8.064664299287818 -34.89765941581059</p> |
| ASCENTY DATA CENTER | Dep. Francisco Marrocos Portela, 1161 - Alto Alegre II, Fortaleza - CE, 61933-120 | 654km |  <p>-3.6221554594672427 -38.661023508829416</p> |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

| | | | |
|---------------------------|--|--------|--|
| DATA CENTER NEOENERGIA | José de Anchieta, 40, Itamaraju - BA, 45836-000 | 1529km |  -16.70770051470501 -39.56036031105785 |
|---------------------------|--|--------|--|

Após identificado que no raio descrito, possuímos 2 empresas enquadradas nas Conformidades de Certificação TIER III, sendo elas:

- HOSTDIME - Av. São Paulo Nº 1223, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, 58030-040, a uma distância de 2,6km da Sede do CREA-PB.
- SURFIX DATA CENTER - Av. Eng. Domingos Ferreira, 2010 - Boa Viagem, Recife - PE, 51111-020, a uma distância de 129km da Sede do CREA-PB.

Os demais Data Center's, estão em raios superior ao descrito 4.2.4 do ETP, não sendo estes consultados em nossa pesquisa de mercado.

Realizamos formalização de Pesquisa de Mercado em ambas as empresas, via e-mail enviado no dia 22-02-2024, sendo concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta.

HOSTDIME – gov@hostdime.com.br coletado no site <http://hostdime.com.br>
fone 4007-2085

SURFIX – contato@surfix.com.br coletado no site <http://surfix.com.br>

Passado o prazo estabelecido de resposta, registramos apenas o recebimento da Proposta e da Certificação requerida da empresa HOSTDIME no dia 22/02/2024. Mediante a comprovação de registro de uma única empresa atender as especificações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA – CREA-PB

de TIER III e de Certificação ISO 27701, bem como localização inferior a 500KM.

João Pessoa 21 de março de 2024

Francisco Edson Santiago brasil
Gerente de Tecnologia da Informação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO nº 0___/202__

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO
REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DA PARAÍBA CREA/PB E
A EMPRESA**

_____.

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA CREA-PB**, sediado na Avenida Dom Pedro I, nº 809 - Tambiá – João Pessoa/PB - CEP 58.021-013, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.667.024/0001-00, neste ato representado pelo(a) Presidente, Eng.____, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, com sede na cidade de _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, tendo em vista o que consta no Processo nº/202.. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 0./2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTI DADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|-------------------------|----------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

| | | | | | |
|-----|--|--|--|--|--|
| ... | | | | | |
|-----|--|--|--|--|--|

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta do contratado e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor da contratação é estimado em R\$
(.....).

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA3 GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas <b=, <c= e <d= do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas <e=, <f=, <g= e <h= do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas <b=, <c= e <d=, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

iv. **Multa:**

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de____(_____) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 17.1. As partes atuarão conjuntamente nas operações relativas à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. O tratamento de dados pessoais decorrentes deste instrumento contratual dar-se-á de acordo com as bases legais previstas no Art. 7 e/ou no Art. 11 da Lei nº 13.709/2018, ficando encarregado pela proteção desses dados, no que couber ao CREA/PB, o Assessor FÁBIO RONELLI, nomeado através da Portaria.
- 17.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 17.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 17.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

- 17.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 17.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 17.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.10. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.12. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 17.13. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA

17.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir as questões decorrentes da presente Rescisão do Contrato, renunciando as partes a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

18.2. Parágrafo Único – Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes. As partes expressamente concordam que este Instrumento poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.620/23, fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em Lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas.

João Pessoa/PB, _____ de 202__.

PRESIDENTE DO CREA/PB

Representante legal da CONTRATADA